

PLANO DE GOVERNO

Novas Ideias para Fazer Mais!

José Targino Maranhão
Governador

João Pessoa
AGOSTO/2018

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
1. RESUMO DO LEGADO DOS GOVERNOS ESTADUAIS DO MDB:	8
2. Objetivos do Plano DE GOVERNO	11
3. Visão Estratégica do Plano DE GOVERNO.....	11
4. Premissas do Plano DE GOVERNO	12
4.1 1ª. PREMISSA: NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA A PARAÍBA SEM SOLUÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS E SUAS ESPECIFICIDADES.....	12
4.2 2ª. PREMISSA: A PARAÍBA NÃO TEM PROJETO.....	13
4.2.1 Primeira forma de preenchimento do vazio de projeto:	13
4.2.2 Segunda forma de preenchimento do vazio de projeto:	15
4.2.3 Terceira forma de preenchimento do vazio de projeto:	15
4.3 3ª. PREMISSA: NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA A PARAÍBA SEM SOLUÇÃO PARA O SEMIÁRIDO.....	16
4.4 4ª. PREMISSA: INSTRUMENTALIZAR AS DUAS GRANDES FORÇAS CONSTRUTIVAS MANIFESTAS NA REALIDADE DA PARAÍBA.....	17

4.4.1 Força 1: O empreendedorismo emergente.....	18
4.4.2 Força 2: A Inventividade Tecnológica.....	18
5. Eixos de Integração do Plano.....	18
5.1 Eixos de Integração para Uma Gestão Pública Eficiente.....	19
5.2 Eixo de Integração para um Crescimento Sustentável.....	19
5.3 Eixo de Integração para Melhoria da Qualidade de Vida da População.....	19
6. Mapa da Estratégia Proposta.....	21
7. Instrumento de Gestão e Diretrizes de Operacionalizado do Plano.....	21
7.1 Primeira Diretriz: Integração Física da Paraíba.....	23
7.2 Segunda Diretriz: Dotar o Empreendedorismo emergente de meios e oportunidades para que se fomente um ecossistema economicamente favorável..	28
7.2.1 Política Industrial.....	28
7.2.2 Política da Agricultura, Pecuária e Pesca.....	29
7.2.3 Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular.....	34
7.3 Terceira Diretriz Choque de Gestão para requalificação das demandas imediatas	37
7.4 Quarta Diretriz Choque de Gestão para otimização das demandas transversais mediatas.....	61
CONCLUSÃO.....	84

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi concebido não como um mero Plano de Governo, tão típico do personalismo político presente tanto no nosso Estado como no nosso país. Trata-se, sim, de um plano formulado como uma estratégia de desenvolvimento estadual, sem a qual o futuro permanecerá incerto.

Para isso, precisa ser construído como projeto coletivo, de baixo para cima, sob a orientação de quem já fez, sabe como fazer e traz consigo a luz das experiências positivas vivenciadas na Paraíba.

Planejar é verbo transitivo direto. Significa elaborar o plano, projetar. Em se tratando do Estado, o que planejar? Políticas operacionalizáveis capazes de propiciar, o mais rápido possível e em nível crescente e sustentável, o bem estar para o povo.

O planejamento se inicia sobre o alicerce do conhecimento da realidade. Esta é amálgama, produto híbrido de dimensões influentes o suficiente para determinarem a evolução positiva ou negativa dos segmentos urdidores do econômico e do social.

Feliz o Estado que superou o subdesenvolvimento e, já em contexto relativamente ordenado e bem mapeado (embora não imune às crises), se permite incumbir sua burocracia da prazerosa tarefa intelectual de otimizar o bom, fazendo-o melhor.

Nesses "paraísos", mortalidade infantil, analfabetismo e fome não ocupam o topo da lista de prioridades a serem atacadas pela inteligência estatal. Nos países ditos desenvolvidos, via de regra, direitos civis ocupam o lugar das mazelas que continuam a nos assombrar.

É realista afirmar que, assim como o Nordeste, **a Paraíba não tem projeto**. Foi-se o tempo em que era possível escolher uma única linha de atuação – como a indústria o foi para o Nordeste sonhado pela SUDENE – e nela concentrar esforços para reproduzir experiências exitosas no universo sudestino.

Na Paraíba, a concentração assimétrica de atenção governamental produziu bons resultados em determinados setores, mas a descontinuidade do esforço feito por um governo que finda tem sido a regra. Como consequência, não há aproveitamento articulado das heranças governamentais em um contexto planejado. A falta de planejamento impede que, por exemplo, a infraestrutura implantada por um governo seja aproveitada pelo subsequente enquanto meio para se atingir fins conhecidos e desejados.

A realidade do nosso tempo não se rende em seu caráter fragmentado e multifacetado a nenhuma formulação analítica, tal é a sua complexidade. Se não se trata de algo complexo, bastava modelar, determinar seus parâmetros, e alterá-los ao longo do tempo, corrigindo o curso como o faz um navegador, levando a sociedade ao futuro mais desejável.

Olhando a questão da perspectiva regional, a bancada nordestina no Congresso Nacional, coesa, teria plenas condições de cobrar seu peso em ouro, ou melhor, em atenção dirigida à realização de potenciais e vocações locais, inclusive o resgate da dívida da nação brasileira para com uma região tornada cada vez mais periférica após perder a prevalência econômica, social e política que deteve por mais de 200 anos.

Aqui, no estado de subdesenvolvimento em que as dificuldades reforçaram-se em consequências e adiaram a solução de problemas estruturais, impõem-se exatamente a solução para o que é estrutural. Aqui, não necessitamos da futurologia ou de modernas técnicas deterministas ou probabilísticas de planejamento estratégico para se saber que é inaceitável ter-se hospitais superlotados, quando a esmagadora maioria da população padece na precariedade de não poder pagar plano privado de saúde.

Aqui, são dispensáveis os diagnósticos quantitativos ou modelos matemáticos transcendentais de mapeamento de indignidades para se eleger o combate à mortalidade infantil como uma das prioridades. Aqui, fenecem as conjecturas e avaliações tipo oráculo Delphi, entre outras elegantes ferramentas de prospecção, diante do aviltante número de internações hospitalares de crianças sem acesso a saneamento básico. Isto em pleno século XXI!

Por isso, os governos anteriores do MDB deram tanta ênfase em adutoras capazes de anular a insegurança hídrica quantitativa e qualitativa que remete nossas cidades à Idade Média. Aqui, segundo recente estudo publicado pelo UNICEF, o semiárido consegue ter índices de analfabetismo de crianças e adolescentes ainda piores do que os nada aceitáveis valores regional e nacional.

Como não reconhecer a necessidade de redução desta semente de desigualdade como premência? Como justificar à sociedade o abandono ou o simples fechamento de escolas quando o planejamento mais comezinho indica a direção contrária. O mesmo vale para a malha rodoviária que se além de recuperada precisa ser preservada com uma estratégia de manutenção preventiva perene, o aparelhamento da segurança pública e a reconstrução do patrimônio público entregue às intempéries do tempo e à sisudez do acaso, o qual, para exibi-la, não demanda mais do que omissão do poder público em cumprir seu dever de cuidar do que é do povo.

Por essas e outras razões os gestores públicos, muitas vezes, são obrigados a tão somente administrarem a conjuntura, como ocorreu na súbita assunção ao poder pelo MDB em 2009. No mais recente e curtíssimo mandato governamental capitaneado pelo MDB, os gestores se viram obrigados a lançarem mão de instrumentos imediatos de combate às iniquidades imediatas. Eram urgências que desfilavam acintosamente à vista das elites cegas e encasteladas.

Diante de quadros como aquele encontrado em 2009, a palavra de ordem era reconstrução e o Estado viu-se obrigado a gerir a conjuntura, em quase sua totalidade, marcada por estado emergencial, isso devido ao longo processo judicial em que se converteu o pleito de 2006. A insegurança em torno da permanência no poder (perdido em 16 de fevereiro de 2009) atirou o governo da época ao estado letárgico.

Ainda hoje, os mais de 250 milhões de Reais investidos em projetos como Várzeas de Sousa não permitiram sequer o Canal da Redenção cumprir sua função instrumental de levar água para realizar um potencial até então latente. O que

dizer da tarefa ainda mais difícil de emancipar um distrito de irrigação que sequer produz?

Não há que se reinventar a roda para saber que, se queremos deslanchar finalmente o Setor de Turismo, à parte a elaboração de política específica (incentivos, capacitação, etc.), infraestrutura é basilar. Por essa razão, o MDB tanto trabalhou pelo Centro de Convenções de João Pessoa.

Ainda que, em 2009, fosse uma proposta sem o charme do ineditismo (muitas vezes oco), sabia-se ser um aparelho indispensável. Até o presente, o Polo Turístico do Cabo Branco permanece como esteve na década de 1980 sob a denominação de Costa do Sol.

Se queremos um ramal da Ferrovia Transnordestina necessário se faz pensar em elementos que a faça ser viabilizada; nesse diapasão o pensamento estratégico sistêmico orienta para a necessidade de abrir saída oceânica compatível e corrobora com a prospecção de um polo de produção de alimentos possível de ser viabilizada através da irrigação de mais de 16 mil hectares no entorno do canal Acauã-Araçagi e revitalização das várzeas de Sousa, e liga ao planejamento e prospecção de investimentos para aproveitamento das jazidas de mineiro de ferro do sertão e de minérios não ferrosos do Cariri e Seridó.

Todos os elementos precisam ser integrados dentro de uma visão sistêmica com o comércio e mercado global e para tal precisa ser acessado através da implantação de uma ampla cadeia logística que tem no porto de águas profundas da Paraíba a sua rota de comunicação, tal cenário é plenamente viável e factível através da formação de parcerias com a iniciativa privada e com a atração dos investimentos.

Conforme veremos, o presente Plano propõe um elenco de iniciativas capazes de gerar uma dinâmica de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo, articulada **não como uma mera lista de ações**, mas um conjunto harmonioso, fundado em premissas realistas e diretrizes com o poder de engendrar realidade desejável.

Assim, para a Paraíba superar os grilhões do subdesenvolvimento, é imperativo que se mude o conceito norteador do governo estadual, é imperativo que se absorva um novo paradigma gerencial em nosso estado e se modernice a máquina pública. Tal desafio só será consolidado com a tríade Liderança, Autoridade e Legitimidade para quebrar as correntes do atraso e impor ao Estado um modelo de gestão integrada sistemicamente formulada a partir de três Eixos: 1) Integração para uma Gestão Eficiente, 2) Integração para o Crescimento Sustentável e 3) Integração para Qualidade de Vida.

Dentro dos Eixos de Desenvolvimento propostos, passaremos a construir Programas integrados de forma transversal a estratégia gerencial apresentada, eliminando o desperdício de recursos, sobreamento de ações e pondo o Planejamento como pedra angular do governo. O Planejamento, Transparência e Equilíbrio Fiscal são os três vértices de sustentação do Planejamento Sistemático do Governo.

As soluções mágicas e os discursos messiânicos devem ficar no passado. Não há mais espaço para o mero estofo midiático e retórico, de céleres resultados alucinógenos, mas distantes do desenvolvimento que se aúfere com **trabalho de verdade**, guiado pelo planejamento, cujos frutos, por serem reais, demandam tempo para serem colhidos.

José Targino Maranhão
Candidato a Governador

1. RESUMO DO LEGADO DOS GOVERNOS ESTADUAIS DO MDB:

Um breve olhar no passado evidencia a prodigalidade de governos capitaneados pelo MDB na preparação de plataformas para o futuro, as quais, em alguns casos, não puderam surtir os efeitos esperados. Isso em decorrência de alternâncias de poder que não fizeram valer o benefício democrático que daí resulta, posto que impuseram ao Estado descontinuidades e/ou abandonos de projetos. Assim, cercearam a realização do potencial semeado por governadores como José Maranhão, cujo legado não pode ser negligenciado, mas sim continuado, pois norteia o Plano que aqui será exposto. Exemplifica-se ligeiramente, longe de exaurir a semeadura:

No Saneamento: Foi o governo de Zé Maranhão que trouxe para a Paraíba o conceito de interligação de bacias hidrográficas. *Resultado:* A lata d'água na cabeça (em pleno século XXI), principalmente na cabeça das mulheres, para quem em geral sobra essa tarefa, foi substituída pelos grandes sistemas adutores controlados por computadores de última geração e interconectados através de emissores de ondas eletromagnéticas. *Em resumo:* Foi-se, para muitas regiões da Paraíba, a arcaica e odienta lata d'água e vem tecnologia de ponta capaz de levar água de qualidade por dezenas de quilômetros, subindo ladeira, transpondo serras até chegar à torneira das casas.

Na infraestrutura de armazenamento de água: Foi o governo do MDB (Zé Maranhão) que implantou o maior programa de recursos hídricos da história da Paraíba: o Plano das Águas. Em números resumidos, o Plano das Águas trouxe, com a construção das barragens de maior porte (14 grandes barragens), um acréscimo de 30% no volume de armazenamento de água em relação à toda açudagem implantada ao longo do século XX. São barragens para múltiplos usos. As águas servem ao abastecimento público, irrigação, piscicultura, carcinicultura e uso industrial. Mais de 2,5 milhões de paraibanos foram beneficiados direta ou indiretamente em barragens espalhadas em todas as regiões do estado, totalizando um investimento de 678,7 milhões de Reais.

Na agricultura irrigada: Considerando apenas os projetos de maior porte, foram cerca de 8.500 hectares contemplados. Os principais projetos estruturantes foram: Várzeas de Sousa (5.100 hectares), Piancó I (524 hectares), Piancó II (1.000 hectares), Piancó III (1.000 hectares) e Lagoa do Arroz (1.000 hectares), totalizando um potencial de empregos gerados: 25.500 empregos (diretos e indiretos). Em termos de fruticultura, não fosse o abandono dos irrigantes à própria sorte, teríamos um total médio da ordem de 425 mil toneladas, cujo valor da produção, considerando, por exemplo, a banana como cultura preferencial, resultaria em um montante financeiro da ordem de 355 milhões de Reais. Na infraestrutura hoje debilitada desses projetos foram investidos, em valores atualizados, cerca de 354,2 milhões de Reais, ao longo das gestões do MDB, capitaneadas por Zé Maranhão.

Nos sistemas adutores de abastecimento de água: Entre sistemas adutores construídos ou deixados em execução pelos governos do MDB, foram mais de 1.200 km de adutoras. Se os tubos empregados na implantação dos sistemas fossem colocados ao lado da BR-230, seriam suficientes para interligar João Pessoa a Cajazeiras indo e voltando. Nunca na Paraíba foram construídos sistemas de adução de água tão longos e abrangentes, verdadeiras transposições de bacias, levando para as cidades a água dos grandes açudes, aqueles com maior capacidade de fornecimento, capazes de oferecer a segurança hídrica merecida pela população. Para grande parte da Paraíba, paliativos indignos e desumanos, utilizados geralmente no abastecimento de água nos estados do nordeste, foram sepultados nos governos do MDB. Sistemas adutores como Cariri e Congo, além de abastecerem as cidades, dispõem de chafarizes para atendimento de comunidades rurais com água tratada. O programa de adutoras, em parte realizado em parceria com o Banco Mundial, recebeu por diversas vezes o reconhecimento daquela instituição, que chegou a citar a Paraíba como exemplo de boa gestão de água e modelo para outros estados nordestinos. Dados da Organização Mundial da Saúde mostram que para cada 1 real investido em saneamento são economizados 5 reais em saúde pública. Assim, a economia propiciada pelo programa de adutoras do MDB foi da ordem de 1 bilhão de reais e, o que é mais importante, foram poupadas vidas humanas, com redução da mortalidade infantil, e diminuição do número de internações hospitalares por doenças provocadas por água de baixa qualidade,

como a de cisternas e barreiros. Ao todo, foi diretamente beneficiada uma população de 853 mil pessoas. Somados, foram investidos 798,11 milhões de Reais.

No Turismo: Além de implantar a PB-008, rodovia com forte viés turístico, foi o governo Maranhão que melhor mensurou o potencial de um Centro de Convenções como infraestrutura portadora de futuro. Por essa razão, em 2009, o governador Maranhão, pessoalmente, trabalhou e conseguiu destravar o Polo Turístico do Cabo Branco e, com ele, o projeto do Centro de Convenções de João Pessoa, uma referência arquitetônica de modernidade com suas linhas arrojadas e conceitos de sustentabilidade ambiental incorporados. Ou seja, saiu a ocupação desordenada e predatória de área nobre do litoral sul da Paraíba (embargada havia mais de 20 anos) e entrou o novo, o moderno, o ambientalmente correto, o conceito de ecoturismo e a geração democrática de emprego e renda para a população, em particular, para os jovens.

Na Saúde: Foi o governo Maranhão que dinamizou e concluiu as obras do maior hospital de trauma do Nordeste (mais de 22 mil metros quadrados de área construída), localizado em Campina Grande, com quase R\$ 100 milhões em equipamentos, nacionais e importados, que correspondem à última palavra tecnológica nessa área da medicina. Em João Pessoa, construiu o Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, equipamento cuja importância dispensa comentários.

Nos Transportes: Foi o governo Maranhão o autor do redesenho e do desembarço do Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas da Paraíba, financiado pela CAF – Corporação Andina de Fomento, propiciando a pavimentação de 569km e a recuperação de 650km em todas as regiões do estado. Foi também o governo do MBD que duplicou a BR-230 no trecho entre João Pessoa e Campina Grande.

Na Agricultura: Foi o governo Maranhão que construiu e, em breve mandato de apenas 22 meses (02/2009 a 12/2010), resgatou o Projeto Várzeas de Sousa, propiciando a irrigação tecnológica dos pequenos produtores com a cessão de equipamentos israelenses, expoentes na tecnologia de irrigação no mundo. A água é dosada às plantas com microaspersores, equipados com filtros, tendo aplicação

automática e simultânea de fertilizantes, além de relógios programáveis para ligar e desligar o sistema nos horários definidos pelos irrigantes.

Na Tecnologia da Informação: O governo do MDB deu início à implantação do projeto de integração, via fibra ótica, das cidades de Campina Grande e João Pessoa, com o fito de permitir fluxo de informações imensamente superior à internet convencional e possibilitar a transmissão de informações e imagens em tempo real. Uma das aplicações na área da medicina é possibilitar a participação de especialistas à distância, em cirurgias em curso na outra ponta da rede óptica.

Na Eletrificação rural: Foi o governo do MDB que estendeu o benefício da luz elétrica a todos os recantos do estado, apagando o último candeeiro onde o passado persistia e deixava os mais humildes literalmente na treva.

2. OBJETIVOS.

O objetivo capital do plano é desenvolver a Paraíba. Para isso, a atuação governamental partirá de uma concepção que reformula os conceitos e paradigmas vigentes no nosso estado.

Constrói um novo ideário que delinea o modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo governo do MDB a partir de 2019 e implanta no Governo Estadual a cultura do **Planejamento, Transparência e Gestão Fiscal** sob o olhar direcionado ao futuro com interseções de curto, médio e longo prazos sob o espectro do **Desenvolvimento Sustentável** amarrado pela **Gestão Sistêmica com foco em Resultados**.

O núcleo do Planejamento aqui proposto é a busca por um novo paradigma de gestão, saindo do convencional e construindo o diferente através da ênfase na priorização, qualidade e produtividade dos serviços e obras; equilíbrio fiscal e financeiro com foco na qualidade e produtividade do gasto; redução de privilégios; gestão ativa do capital político e das expectativas da sociedade e do combate ativo à corrupção.

3. VISÃO ESTRATÉGICA.

Construir uma Paraíba Justa, Produtiva, Inovadora e Desenvolvida.

O modelo de desenvolvimento que se propõe visa:

- Ampliar as oportunidades para aprender, trabalhar e produzir;
- Converter essa ampliação no motor do crescimento;
- No mesmo movimento, ancorar o social na maneira de organizar o econômico, afirmando a primazia do trabalho e da produção, ação e pensamento sistêmico.

Para que o modelo possa começar a surtir efeito, faz-se necessário a implementação de dois conjuntos de ações que:

- Corrijam deficiências estruturais;
- Propiciem os instrumentos com os quais o modelo entra em operação.

4. PREMISSAS DO PLANO DE GOVERNO:

4.1. 1ª. Premissa: Não há solução para a Paraíba sem solução para os municípios e suas especificidades.

Justificativa:

A Paraíba está dividida em 04 mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Nas três últimas mesorregiões, inseridas no semiárido, estão 55,6% da população do estado e correspondem a 90,7% da área do estado. A Mata Paraibana abriga 44,4% da população em apenas 9,3% da área do estado. Por isso a disparidade na densidade demográfica: 215 habitantes/km² na Mata Paraibana, contra 43 habitantes/km² das demais mesorregiões sob a geografia da semiaridez.

Dos 223 municípios, 170 se encontram no espaço físico do semiárido. Tal configuração está refletida de forma clara na distribuição da riqueza: é crescente a concentração do PIB e da população na Mata Paraibana.

Em grande medida, é a falta de Políticas Públicas adequadas, abrigadas em um modelo de desenvolvimento que faça uso sustentável das potencialidades regionais, que contribui para esse quadro. Conjunto de causas análogas explica em parte a inversão da evolução histórica da população urbana e rural que, em 1940 exibiu um

percentual de 22% vivendo nas cidades e 78% na zona rural. Sete décadas depois, em 2010, esses números se inverteram.

4.2. 2ª. Premissa: A PARAÍBA NÃO TEM PROJETO.

Justificativa:

A desagregação de órgãos de planejamento regional como a SUDENE e a emergência da postura do “cada um por si” adotada pelos estados do Nordeste trouxe uma fragmentação que parece ter se convertido no desestímulo ao planejamento. Na Paraíba, atualmente, não se tem notícia de planejamento nos moldes que correspondam o significado da palavra.

A falta de projeto faz com que os gestores que assumem os destinos do estado não consigam ir além da mera gestão da conjuntura com a qual se deparam, e a enfrentam sem a arma do planejamento.

Na melhor das hipóteses, o que na Paraíba, inapropriadamente, se designa por plano, se restringe à recuperação de passivos de infraestrutura em determinados setores, cujas debilidades já mobilizavam a população na exigência de uma saída para a situação.

Na Paraíba, como em outros estados, a “guerra política” restringe o pensar a longo prazo e apequena as iniciativas mais meritórias ao espaço temporal de um mandato. Isso induz nos gestores uma espécie de “amor paternal” pelas iniciativas contidas no espaço de tempo em que ocupou o poder, fazendo o debate político ceder espaço precioso para discussões menores sobre autoria e, mais veementemente, sobre a negativa de qualquer contribuição que o adversário ou mesmo um aliado tenha tido naquela realização. **Essa é a forma mais paraibana de se preencher o vazio de ausência de projeto.** As demais, comentadas a seguir, são comuns a todo o Nordeste.

4.2.1. Primeira forma de preenchimento do vazio de projeto:

A formulação de um plano precisa ousar e enfrentar o que de mais difícil há na luta para alcançar o desenvolvimento: mudar as estruturas, as instituições, as capacidades das pessoas. O que vem ocorrendo no Nordeste como um todo é a desistência do enfrentamento dessa dificuldade para, como fuga, concentrar todo o foco em grandes obras de infraestrutura, sem que essas, muitas vezes, sequer tenham sido selecionadas e consideradas em termos aproveitamento dentro de uma estratégia abrangente de desenvolvimento.

A Transposição do Rio São Francisco **é o exemplo mais concreto de aposta equivocada em que uma obra de infraestrutura possa vir a ocupar o lugar de toda uma estratégia de desenvolvimento**, no bojo da qual essa importante obra não pode ser algo mais do que instrumento.

Sem transcender sua função instrumental como ação de infraestrutura, a Transposição constitui-se eixo estruturante para o desenvolvimento socioeconômico, à medida que possibilita água não só para atender a demandas de água para a sobrevivência das pessoas, mas também demandas associadas a setores usuários de substancial influência nas condições socioeconômicas das bacias receptoras da Paraíba. Insere-se, por isso, como condição de sustentabilidade para cenários futuros que não contemplem controle populacional estratégico ou evacuação da área, historicamente uma das providências emergenciais mais frequentes (o próprio Celso Furtado considerou necessária a transumância do semiárido para o Maranhão). **Imprescindível é pensar no que fazer para projeto dessa envergadura auferir máxima utilização num novo modelo de desenvolvimento que gere inclusão social.**

O atual governador da Paraíba, assim como outros postulantes ao cargo, parece crer que a transposição é dotada de poderes mágicos, com os quais, uma vez concluída a obra, dar-se-á o milagre da multiplicação dos pães a partir da mera presença da água fornecida com segurança pelo Velho Chico. Em suma, a Paraíba não tem planos para conviver com essa nova realidade advinda com a Transposição: a superação da velha restrição ambiental da esporádica escassez de água a golpear aleatoriamente a economia estadual pela falta de segurança hídrica agora propiciada pelo projeto.

A pergunta que explicita essa constatação é simples: Se a transposição estivesse concluída, quais os usos previstos no contexto de um plano de desenvolvimento do estado? **O atual governo e outros postulantes não têm respostas para isso para além da retórica oca.**

Deixar que grandes obras de infraestrutura ocupem o vazio da ausência de projetos é render-se a lei do menor esforço, omitindo-se de pensar mudanças nas estruturas, nas instituições e nas capacidades das pessoas, o que somente pode ser alcançado com planejamento.

4.2.2. Segunda forma de preenchimento do vazio de projeto:

A ausência de projeto é também preenchida pela busca por incentivos e subsídios, como tradicionalmente ocorria no período áureo da SUDENE. Não que incentivos e subsídios não sejam legítimos ou necessários.

É bem sabido que a Paraíba possui baixíssima capacidade de investimento com recursos próprios. Por outro lado, pouco favorável aos estados é o modelo distributivo das receitas, marcado por forte concentração da arrecadação nos cofres da União.

A Paraíba, assim como os outros estados nordestinos, depende fortemente da União para realizar o necessário ao seu desenvolvimento. O grande problema é que, geralmente, em função da ausência de projeto, confunde-se subsídios e incentivos, meros meios, com fins. O verdadeiro papel dos subsídios e incentivos, enquanto meios, é o de ajudar a executar um projeto. A degeneração de meios em fins fragiliza a argumentação e evidencia as iniciativas como meramente pontuais, desvinculadas de um todo, de um plano sustentável e coerente, robusto em sua lógica.

4.2.3. Terceira forma de preenchimento do vazio de projeto:

Nessa terceira forma de preenchimento, a ausência de projeto é substituída por duas ilusões nascidas possivelmente do carcomido e superado debate sobre os méritos dos modos de produção capitalista e socialista.

Parte do que restou de todo esse debate foi herdado no Nordeste como sendo:

(i) De um lado o que vem sendo chamado de "pobrismo", ou seja, a valorização excessiva de projetos do tipo "Gandhiano", muito difundidos por algumas instituições governamentais e não governamentais que exaltam tais projetos como a redenção da pobreza;

(ii) Por outro lado, o mito paulistano-fabril, ou seja, o fascínio pelo modelo de industrialização implantado no sudeste em meados do século XX, em desarmonia com a realidade do mundo globalizado.

Tradicionalmente, a ilusão da ênfase nos projetos "Gandhianos", os quais, com raras exceções, apostam em empreendimentos de escala e cunho artesanal (microempreendimentos, pequenas cooperativas, etc.), encontram no semiárido seu espaço mais aberto de disseminação. Não é coincidência o fato de ser a mesma região, a mais carente de ações coordenadas, abrigadas em um planejamento verdadeiramente transformador.

O semiárido tem sido insistentemente convencido a confiar-se nessas iniciativas "Gandhianas" que, efetivamente, sequer chegam a arranhar a robusta camada com que se reveste o subdesenvolvimento e a desigualdade social evoluída em séculos de paliativos em ambiente de semiaridez. **Têm sua importância, pois ajudam a evitar o pior.**

A segunda ilusão concerne na não percepção de que, mundo afora, o chamado "Fordismo industrial", inspiração e base da industrialização implantada no Sudeste, está sendo substituído por um modo de produção descentralizado e flexível, onde o conhecimento e a vocação à inovação emergem como característica marcante. Estreita-se nesse novo modelo o elo entre o ensino, o aprendizado, a qualificação e a inventividade, cada vez mais diferencial no mundo competitivo.

4.3. 3ª. Premissa: Não há solução para a paraíba sem solução para o semiárido.

O plano aqui proposto rompe com a tendência histórica de deixar o semiárido entregue às ações físicas e sociais que apenas atenuam o sofrimento sem atacar suas causas. Assim florescem como promissores, para muito além do real poder transformador que têm, os projetos "Gandhianos" que perpetuam o chamado "pobrismo", não muito distantes da caricata imagem de serem programas de manutenção da pobreza.

É absurdo deixar que essa situação perdure. Ausência de projeto para o semiárido coloca a região que abriga mais de 55% da população da Paraíba como uma espécie de peso a limitar a evolução do estado como um todo e contamina tudo o que se fizer nas demais mesorregiões da Paraíba, prevalecendo, sem controle, as forças concentradoras da renda, da riqueza e do poder.

A multiplicação injustificada de municípios na Paraíba e o crescimento do número de aposentadorias rurais, além da insustentabilidade da agricultura tradicional são parte do que se denomina "economia sem produção" e representa reações inadequadas a uma realidade que, enquanto artefato resultante da ação humana, precisa ser remodelado.

Omitir-se em relação ao semiárido implica perpetuar seu papel secundário de "exército de reserva": manancial quase inesgotável de trabalhadores pobres, a exercer efeito deprimente sobre a situação do trabalho e sobre as organizações da sociedade na região onde se concentrariam as atividades econômicas mais produtivas: a zona da Mata Paraibana.

Não se pode permitir o desperdício do potencial do semiárido. Não se pode deixar de reconhecer a força dos vínculos associativos cimentados em consolidada identidade coletiva. Essa é uma característica que o presente plano não negligencia. Pelo contrário, entrona-a na liderança da construção de regime social que privilegia a autonomia e a cooperação na solução que propõe.

4.4. 4ª. Premissa: Instrumentalizar as duas grandes forças construtivas manifestas na realidade da Paraíba.

As duas principais forças a serem devidamente instrumentalizadas, cuja soma gera crescimento com inclusão, são:

4.4.1. Força 1: O empreendedorismo emergente: Deve ter as pequenas e médias empresas como veículo e a classe média, em particular seus componentes que vieram “de baixo”, que labutam e paralelamente estudam no terceiro turno, anseiam por crédito, familiarizam-se cada vez mais com tecnologia, como preferenciais agentes sociais. Exemplo dessa força é a emersão, apesar das dificuldades, de contornos do que pode se tornar um grande polo de confecções em Cajazeiras, desde que o empreendedorismo seja corretamente instrumentalizado.

4.4.2. Força 2: A Inventividade tecnológica: A capacidade de improvisação e a inventividade são marcas do nordestino, em particular do paraibano. No semiárido, apesar das adversidades e condições desfavoráveis, surpreendem os resultados dessa marca do povo. Apenas a título ilustrativo, fornece-se um exemplo simples, mas eloquente dessa força criativa: um agricultor do semiárido, diante da necessidade de irrigar seu lote no distrito de Várzeas de Sousa, fez uso de hastes flexíveis conectados à mangueiras, criando assim um eficiente microaspersor, sistema com o qual viabilizou cultivo orgânico de hortaliças. A produção foi integralmente exportada para Santa Catarina. Outro exemplo óbvio da marca de inventividade que se impõe e sobrepuja adversidade e falta de apoio relaciona-se com a aptidão para informática manifesta em João Pessoa e Campina Grande, onde sobejam exemplos de criações bem-sucedidas em software e componentes eletrônicos.

5. Eixos de Integração do Plano:

O Plano é estruturado sob três Eixos de Integração Estratégica, a ideia aqui apresentada é construída sob o conceito gerencial do Balanced Scorecard (BSC), que é uma ferramenta de planejamento estratégico na qual a organização tem claramente definidas as suas metas e estratégias, visando medir o desempenho organizacional através de indicadores quantificáveis e verificáveis, o método consiste em determinar de modo balanceado as ligações de causa e efeito entre os indicadores de avaliação.

Assim, o plano de governo aqui apresentado está estruturado sob três Eixos Estratégicos que contem em seu Escopo 12 Programas Temáticos Estruturantes, despostas da Seguinte forma:

5.1 Eixo de Integração para Uma Gestão Pública Eficiente, objetivando construir uma estratégia de gesto publica eficiente, geradora de Resultados e próxima a sociedade. O Eixo é Estruturado sob dois programas:

i) Gestão eficiente e dinâmica, que busca garantir o equilíbrio fiscal e melhoria da qualidade e eficiências dos serviços publico;

ii) Transformar por meio das pessoas, que busca a motivação e o desenvolvimento dos serviços públicos, através de estratégias organizacionais de gestão do capital humano e valorização do Servidor Público Estadual.

5.2. Eixo de Integração para um Crescimento Sustentável, objetiva estimular e fomentar a construção de uma economia dinâmica, competitiva com crescimento sustentável. O Eixo é Estruturado sob três programas:

i) Economia sustentável e competitiva, que busca promover o desenvolvimento segmentado por regiões, de forma inclusiva e diversificada, aproveitando todo o potencial latente destas e suas vocações em atenção especial à economia rural por meio de apoio a agricultura familiar e ao agronegócio e à economia urbana com ações de apoio a micro e pequenas empresas e atração de medias e grandes empresas para as regiões mais carentes da Paraíba;

ii) Infraestrutura integrada, diversificada e dinâmica, objetivando promover a construção e manutenção de uma infraestrutura de qualidade, proporcionando mais competitividade e desenvolvimento para o estado;

iii) Ciência, tecnologia e inovação, objetivando criar um ambiente favorável para a pesquisa desenvolvimento tecnológico e inovação.

5.3. Eixo de Integração para Melhoria da Qualidade de Vida da População, a ideia centra-se sobre o fortalecimento da cidadania do paraibano assegurando a

melhoria dos serviços públicos com a lógica da eficiência e eficácia, voltadas para assegurar o cumprimento das demandas imediatas apresentadas pela população ao Estado no cumprimento de sua missão institucional.

O Eixo é Estruturado sob sete programas:

i) Educar para crescer, objetivando garantir uma educação pública de qualidade e formação profissional antenada com a realidade econômica e social;

ii) Pacto pela juventude, articula ações que garantam a promoção de políticas públicas efetivas de proteção e defesa da juventude;

OBS: os programas i e ii do presente Eixo, possui estreita ligação e sinergia a ponto de consolidarem uma estratégia singular direcionada para a construção do futuro, prospectando resultado específico para proteção juvenil através da educação, esporte e cultura minimizarmos a porcentagem de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não buscam emprego, enfrentando a triste realidade da Paraíba que possui um dos maiores índices nacionais.

iii) Saúde integral, garantindo o acesso, a integralidade e a qualidade da atenção a saúde;

iv) Melhoria de condições de vida, nele são agrupadas todas as ações que visam contribuir para a melhoria das condições de vida e promoção do bem-estar da população, como saneamento básico, habitação e moradia;

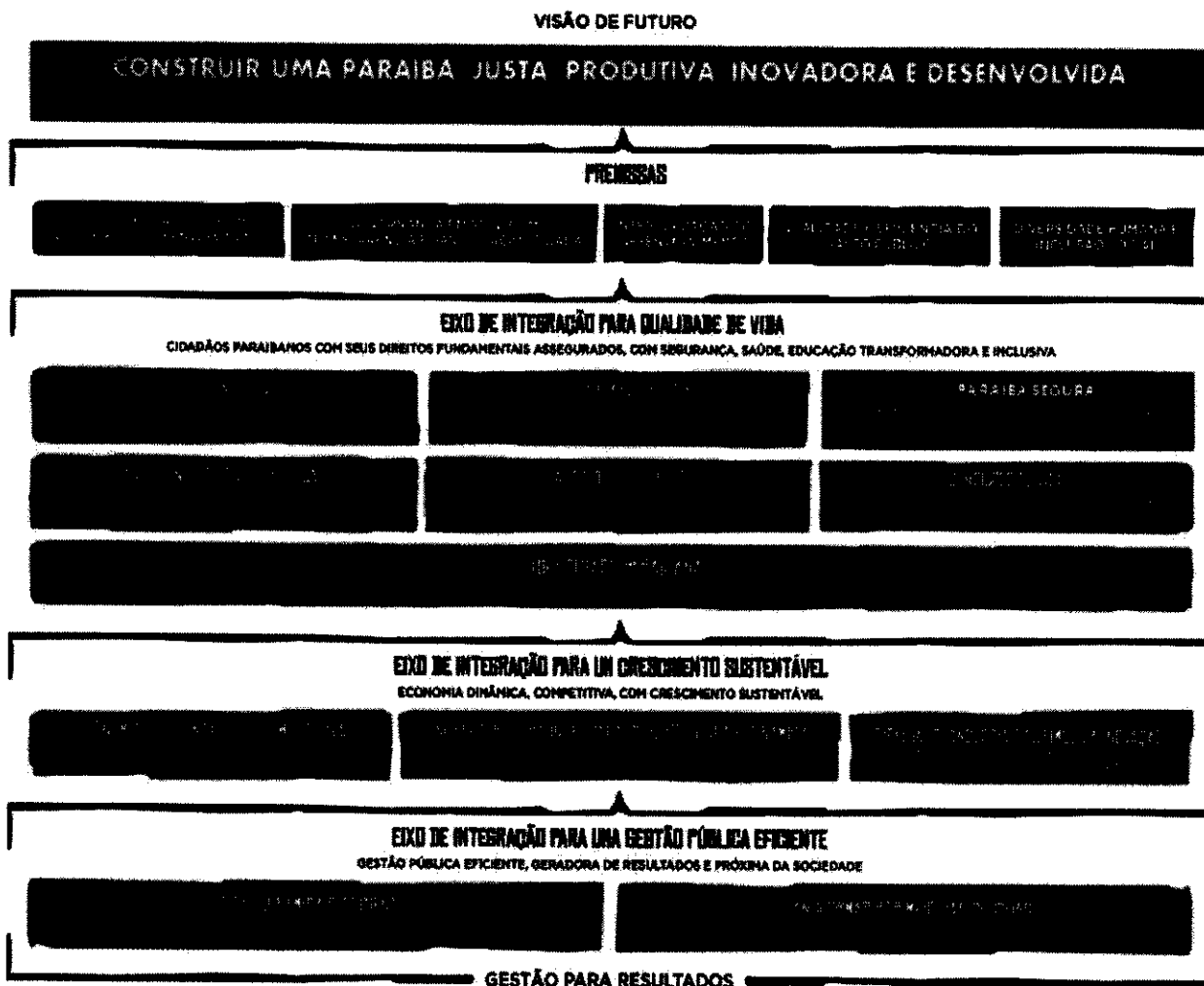
v) Paraíba Segura, cujo foco é uma sociedade segura, com menos violência e criminalidade;

vi) Assistência social e proteção, busca o fortalecimento da rede de assistência, proteção e defesa social;

vii) Fortalecimento da identidade paraibana, o presente programa apresenta-se como uma estratégia de ação transversal que busca construir uma Paraíba singular, competitiva e criativa na cultura, no esporte, no turismo, na economia criativa, na

inovação, o foco é fortalecer o sentimento do Ser Paraíba, do Amar a Paraíba, busca-se fortalecer a nossa identidade a partir do Paraibano!

6. Mapa da Estratégia Proposta.



7. Instrumentos de Gestão e Diretrizes de Operacionalização do Plano.

O Plano de Governo ora apresentado, foi formulado dentro de uma estratégia realista, formatada dentro de horizontes temporais estruturados em curto médio e longo prazos. A interação temporal é formatada a partir dos instrumentos legais de planejamento, Plano Plurianual PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentaria Anual LOA.

As conexões entre os elementos de planejamento se darão conforme observado no gráfico abaixo, a gestão foca todos os esforços para construção da Visão de Futuro

dentro de um horizonte temporal, a partir daí os Eixos de Integração fazem a conexão sistêmica das estratégias a prática diárias, trazendo a estratégia para o cotidiano e a traduzindo para todos os colaboradores do governo.

Os 12 programas temáticos que compõem os três eixos de desenvolvimento, são realizados a partir de uma série de ações programadas e orçamentadas, trazendo ao fim do ciclo a execução financeira e orçamentária para um nível extraordinário de importância, pois dentro do presente modelo, o orçamento é peça fundamental de gestão e elemento de direcionamento estratégico.

PARAÍBA DE FUTURO	2035
PRA	2020 - 2023
LOA	2020
LOA	2019

Diretrizes norteiam o presente plano:

- (i) A preparação do substrato infraestrutural necessário como palco das transformações que a implementação do plano pretende provocar;
- (ii) Instrumentalizar as duas grandes forças construtivas de uma nova Paraíba: o Empreendedorismo urbano e rural e a Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular;
- (iii) Choque de Gestão para imediata requalificação das demandas imediatas (Educação, Saúde, Segurança e Gestão Fiscal);
- (iv) Choque de Gestão para otimização das demandas transversais mediatas.

7.1. 1ª. Diretriz: Integração Física da Paraíba.

A unificação física da Paraíba refere-se às integrações hidráulica, ferroviária, rodoviária, portuária e aeroportuária.

INTEGRAÇÃO HIDRÁULICA E AÇÕES SANITÁRIAS:

- Implantação de Programa de Universalização do Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Coleta e tratamento de esgotos, coleta e deposição adequada de resíduos sólidos.
- Implantação da 2ª. Etapa da Adutora Translitorânea para a Grande João Pessoa;
- Implantação do Ramal do Piancó a partir da Transposição do rio São Francisco;
- Implantação do Canal do Sertão da Paraíba: Partindo das encostas da ombreira direita do reservatório de Coremas (Sistema Coremas-Mãe D'Água), a proposta é construir um canal que se desenvolva do citado reservatório na direção leste. Com esse trajeto, torna-se possível o abastecimento sistemático, a partir das cabeceiras, dos cursos de rios que cortam a Paraíba de sul para norte e integram a bacia hidrográfica do Piranhas-Açu.

INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA:

Consolida-se assim como justificada a proposta de interligação ferroviária entre o Oeste e o Litoral da Paraíba (**Ramal da Transnordestina**), para viabilizar a exploração e a exportação de minério de ferro e outros minerais beneficiados, assim como a fruticultura e a produção agroindustrial, transportados até o porto off-shore (Porto Oceânico), a ser implantado no Litoral Norte.

INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA:

- Programa Caminhos da Reconstrução:

O Programa será realizado segundo as três etapas a saber:

Etapa 1: Identificação dos municípios ainda isolados e de seus diferentes graus de isolamento. O levantamento deverá identificar as áreas mais críticas e o nível de isolamento de cada município. A avaliação permitirá implementar integração que auxilie a Paraíba a superar a desigualdade regional e fortalecer sua unidade territorial e social. A conexão dos municípios por rodovias aos principais modais promoverá os potenciais de desenvolvimento sustentável e melhorará as condições de vida de grande parte da população paraibana.

Etapa 2: Mapeamento dos principais modais da região. Identificação dos meios viários mais próximos dos municípios isolados para com isso reduzir os investimentos necessários à realização das obras. A opção pela integração aos diferentes modais permite economia com relação à estratégia que tivesse por objetivo único construir rodovias que ligassem os municípios diretamente aos principais eixos econômicos. Além disso, a articulação de diferentes infraestruturas viárias em escalas geográficas distintas potencializa o desenvolvimento sustentável do estado como um todo.

Etapa 3: Obtenção de recursos. Para a obtenção dos recursos necessários à execução das obras, a proposta é, em iniciativa conjunta com outros estados do Nordeste que convivem com a mesma deficiência, tentar modificar a destinação dos recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. Atualmente, a distribuição proporcional aos estados ocorre com base em conjunto de critérios que leva em consideração a extensão da malha viária pavimentada, o consumo de combustíveis e a população do estado. A ideia central do projeto consiste em rever os critérios de partilha que determinam os percentuais de participação dos estados para que parte dos recursos seja destinada ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes para áreas ainda isoladas. Isso beneficiará os estados com maior carência em infraestrutura de malha viária, entre os quais se incluem a Paraíba. Segundo os critérios vigentes, a soma dos percentuais destinados aos estados da região Nordeste equivale a apenas 25% das destinações da Cide, enquanto o Estado de São Paulo recebe, sozinho, 17%. A definição das possíveis alterações na destinação da Cide será realizada em momento posterior. Inclui a

reserva de parte da Cide para financiar essa iniciativa e rever os critérios de partilha que determinam os percentuais de participação dos estados. Nenhum município da Paraíba continuará isolado por estradas de pavimentação de baixa qualidade.

- **Anel Rodoviário da Grande João Pessoa**

- *** Perimetral Turística.**

- Trecho 1: Aeroporto – BR-101
- Início: BR – 230 em seu ponto mais próximo do Aeroporto Castro Pinto.
- Percurso: entra no município de João Pessoa pelo bairro Mumbaba, cruza a parte sul do bairro das Indústrias e do bairro do Distrito Industrial, onde encontra a BR-101.
- Fim: BR – 101, dentro do bairro Distrito Industrial.
- Comprimento: 10 km, sendo 6,3 km dentro do município de João Pessoa e 3,7km no município de Bayeux.
- Trecho 2: BR-101 – Polo Ecoturístico Cabo Branco.
- Início: BR – 101 no Bairro Distrito Industrial.
- Percurso: Rua Hortência Ribeiro de Luna (Bairro Distrito Industrial); Rua Elson Gouveia Falcon (bairro Gramame); Rua Cote. Álvaro Antero Nascimento (Bairro Planalto da Boa Esperança); Rua Telg. Chateaubriand Brasil (bairro Paratibe); Rua José Félix da Cunha (bairro Paratibe); Rotatória da PB-008.
- Fim: PB-008 – Polo Turístico do Cabo Branco.

- *** Perimetral Norte**

- Trecho único: BR-230 em Cabedelo.
- Início: BR – 230 em Cabedelo.
- Percurso: Fora dos limites do município de João Pessoa. Envolve Cabedelo e outros municípios fronteiriços da capital.
- Fim: BR-101.

- Implantação da PB-008 – Norte.

- Duplicação da BR-104 entre Campina Grande e a fronteira da Paraíba com Pernambuco.
- Duplicação da BR-230 entre Campina Grande e Cajazeiras.
- **Integração Aeroportuária e Portuária.**

*** Programa Asas da Paraíba.**

Pela primeira vez em nossa história, há em curso no Nordeste um reconhecido esforço para consolidar a aviação regional, unificando a região fisicamente. A unificação física representa o palco indispensável de obra institucional transformadora. Embora reconheça-se como prioritária a integração rodoviária e ferroviária, o estado não pode deixar de aproveitar o momento para efetuar a implantação completa de seus aeródromos em todas as regionais do Estado, conduzindo esses centros regionais para uma integração completa e implantando o desenvolvimento efetivo da Paraíba.

- Ampliação e modernização dos Terminais aeroportuários de João Pessoa e Campina Grande.
- Implantação do Terminal de Cargas do Aeroporto de Campina Grande: Aproveitamento do potencial da Rainha da Borborema com sua localização geográfica estratégica.

*** Porto Oceânico da Paraíba.**

O Porto Oceânico da Paraíba, ressalte-se de início, não ocupa vocacionalmente o espaço atualmente preenchido pelo Porto de Cabedelo, muito menos conflita com a ideia de redirecionamento daquela instalação portuária prevista no presente Plano.

Não há viabilidade de transporte de carga mineral como a pretendida, sem que se disponha de uma profundidade (calado) compatível, o qual não pode ser economicamente alcançado em Cabedelo. Entretanto, próximo ao desemboque do sistema fluvial Sanhauá-Paraíba, no município de Lucena, os mapas batimétricos marítimos exibem profundidades que podem ser regularizadas na faixa de

viabilidade desse tipo de instalação portuária, com ordem de grandeza entre 17 e 19 metros de profundidade.

*** Redefinição Vocacional do Porto de Cabedelo.**

As limitações naturais afetas ao porto de Cabedelo colocam-no em condições desfavoráveis no contexto de infraestrutura portuária disponível em estados como Pernambuco (SUAPE) e até mesmo o Rio Grande do Norte (Porto de Natal).

De fato, problemas de limitação de calado e indisponibilidade de equipamentos modernos de carga e descarga, entre outros, não permitem ao Porto de Cabedelo sequer entrar na concorrência por cargas que envolvam tonelagens demandantes de grandes embarcações, como petroleiros, transporte de minério, etc.

A proposta de redefinição vocacional do Porto de Cabedelo envolve a negociação de Parceria Público Privada (PPP), norteada pelo princípio de ancoragem do social no econômico, estabelecendo a gradação ótima entre a estatização e o espaço de atuação da iniciativa privada. Engendra-se assim a ambiência de demanda por empregos qualificados, consequência abrigada na diretriz do presente Plano de Governo, segundo a qual a Paraíba não pode ser elegida pela iniciativa privada como local de investimentos tão somente pela vantagem de dispor de mão de obra barata.

Essa redefinição vocacional não deixará de contemplar iniciativas relevantes como: retorno da atividade pesqueira e estocagem refrigerada da fruticultura, bem como instalação de terminal turístico que servirá, inclusive, como ponto de partida que levará ao Porto Turístico Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

*** Porto Turístico Filipéia de Nossa Senhora das Neves:**

Restauração e aproveitamento do antigo Porto do Capim, localizado próximo ao Centro de João Pessoa e seu papel relevante no transporte de pessoas como ocorria nos primórdios da formação urbana da capital da Paraíba. O Porto Turístico Filipéia de Nossa Senhora das Neves pode desempenhar papel decisivo na tão sonhada revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, tantas vezes tentada, tantas vezes fracassada. Além dos benefícios advindos da atividade turística, o transporte

fluvial de passageiros das praias do litoral norte (João Pessoa e municípios litorâneos próximos) ao Centro evidencia-se como altamente competitivo em termos de custos e facilidade com relação ao atualmente conturbado cenário do transporte urbano na capital. Sob esse último modo operacional, a iniciativa se conjuga com a integração a outros meios de mobilidade existentes, como o Terminal Rodoviário de João Pessoa, o Terminal de Integração de Transporte Urbano, o Terminal Ferroviário e o sistema de BRT/VLT/VLP, com o benefício de desafogar o tráfego pelo trecho Cabedelo-João Pessoa pela BR-230.

7.2. 2ª. Diretriz: Instrumentalizar as duas grandes forças construtivas de uma nova Paraíba: o Empreendedorismo e a e Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular.

• **Dotar o Empreendedorismo emergente de meios e oportunidades para que se fomente um ecossistema economicamente favorável.**

Os dois campos de exercício focados nessa diretriz são a **indústria** e a **agricultura**. Para isso faz-se necessário promover mudanças nas políticas públicas atinentes a ambos os campos econômicos focados.

Não se pode perder de vista que, na construção do presente Plano de Governo, o empreendedorismo é viga-mestra apoiada na pilastra da inventividade tecnológica, tirando proveito do associativismo e do cooperativismo, cujos resultados ainda são incipientes.

7.2.1. Política Industrial.

➤ Criação da Empresa Paraibana de Apoio ao Empreendedorismo, uma agencia de fomento construída a partir da fusão da Cinep com o Empreender Paraíba. Tal ferramenta será capaz de catalisar negócios gerados a partir da estratificação de *clusters* de desenvolvimento das diversas regiões do Estado da Paraíba.

- Implantação de zonas de processamento de exportação – ZPE's : Sua missão será promover o desenvolvimento sustentável das vocações paraibanas, mediante geração, atração e consolidação de investimentos.

- Recomposição do ambiente propício à atração de novas indústrias utilizando-se inteligência tributária, de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a renúncia fiscal e a consolidação de Distritos Industriais paraibanos competitivos, gerando assim novas oportunidades de empregos qualificados e sustentáveis.

7.2.2. Política da Agricultura, Pecuária e Pesca.

A estratégia de desenvolvimento agrícola da Paraíba deve pautar-se por três ambições entrelaçadas:

- (i) Assegurar atributos empresariais à agricultura familiar, sem perder seu vínculo com a policultura ou seu compromisso com a descentralização de propriedade e de iniciativa;

- (ii) Agregar valor no campo com a implantação conjugada de agroindústria;

- (iii) Construir classe média rural forte, como vanguarda de uma massa de lavradores pobres que virá atrás dela.

A execução desta política englobará:

- Coordenação Unificada do setor público agropecuário pela SEDAP Secretária de Estado da Agropecuária e da Pesca com a participação de representantes das diversas entidades públicas (EMATER, INTERPA, EMPASA, EMEPA, PROJETO COOPERAR, FIDA e PROJETOS ESPECIAIS) para obtenção de eficiência, eficácia e efetividade na utilização de recursos humanos e instalações;

- Utilização de Inteligência Tributária com objetivos de manter a atividade agrícola sustentável e superavitária, oferta permanente da produção, defesa do produtor regional, obtenção de desenvolvimento sustentável e demais ações efetivas que recuperem ou mantenham a lucratividade do setor agrícola, com

especial atenção para os produtos de maior participação econômica e de geração de empregos;

- Aproximação do Setor Público com o Setor Privado para a identificação dos problemas e planejamento de ações conjuntas para obtenção do Desenvolvimento Sustentável, da revitalização deste segmento econômico, da geração de emprego e renda, crescimento do Cooperativismo e do Associativismo, elaboração de Plano de Capacitação Técnica e Gerencial para todos os atores do processo produtivo, identificação de potencialidades e carências regionais a serem supridas no setor rural, disseminar a utilização de tecnologias no enfrentamento das adversidades climáticas, o incentivo ao turismo rural e demais interesses comuns;
- Utilização da Internet com implantação de um canal de comunicação permanente para concentrar a divulgação de todas as ações dos setores públicos e privados do segmento;
- Revitalização e soerguimento dos Perímetros de Irrigação a exemplo do PIVAS Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, Piancó I, II e III, Lagoa do Arroz que somados atingem aproximadamente 10 mil hectares;
- Implantação de novos Perímetros de Irrigação tendo como fonte hídrica o Canal de Interligação Acauã-Araçagi (16 mil hectares) e o Canal do Sertão Paraibano (Várzeas de Pombal – 25 mil hectares);
- Celebração de Convênios e Parcerias com demais integrantes do Setor Público, de modo especial com a EMBRAPA e entidades públicas detentoras de tecnologias já experimentadas;
- Incremento de produtividade com a utilização de novas tecnologias (pesquisa, experimentos e extensão);
- Melhoria da Logística de escoamento da produção e acesso do produtor ao mercado;

- Gestões junto ao Governo Federal para potencialização do Terminal Pesqueiro já instalado no Porto de Cabedelo para o retorno da Frota Pesqueira em primeiro plano inclusive com a utilização de atrativo tributário utilizado nos demais estados e de forma complementar realizar a sua transformação para Implantação de um centro de exportação de frutas do Nordeste, dado as suas peculiaridades em termos de localização, de rápida atracagem dos navios frigoríficos e navegação de cabotagem;
- Incremento das ações do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos para absorção desta produção da agricultura familiar e distribuição para os entes públicos (saúde, educação, segurança pública);
- Retomada do Programa Tarifa Verde, para redução dos custos da energia elétrica rural, quando utilizada para fins de irrigação;
- Estimulação a utilização de energia solar no meio rural;
- Revitalização das APP's (Áreas de Preservação Permanente) a exemplo do Rio Paraíba, com plantio de essências florestais e frutíferas, adaptáveis à região para proteção da Bacia Hidrográfica;
- Retornar a produção pela Emepa de sementes de milho, feijão e sorgo para distribuição com produtores familiares;
- Implantação de Serviço Meteorológico Permanente para subsidiar a produção rural;
- Expansão dos Polos Têxteis de Itaporanga e São Bento. Realização de experimentos com variedades de algodão resistentes à praga do bicudo em áreas de produção sequeira e irrigada;
- Soerguimento da Defesa Sanitária Animal e Vegetal, e existindo equilíbrio financeiro do estado, criação da Agencia Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, aquisição de equipamentos e veículos, capacitação de agentes públicos e instalação de Laboratório para análises de leite (cabra e Vaca) e seus derivados;

- Estimulação da autosuficiência na produção de produtos agrícolas de modo especial as verduras e hortaliças oriundas dos estados vizinhos;
- Desenvolvimento de Programas e Ações Complementares para Manutenção do Homem no Campo a exemplo do incremento das Quotas do Garantia Safra, implantação da escola rural, produção e distribuição gratuita de sementes, incentivo a piscicultura com peixamento permanente dos mananciais para obtenção de proteína de forma gratuita, desenvolvimento da aquicultura e cajucultura;
- Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com a EMBRAPA para realizar experimentos de novas culturas no semiárido a exemplo da pera, maçã, variedades de algodão resistente ao bicudo e milho de alta produtividade adaptado ao semiárido (já cultivados na Índia e África). Realizar experimentos com a palma frutífera, produtora do figo da Índia já cultivado em São Paulo e em face de seu alto valor agregado;
- Implantação do Projeto Paraíba na Rede - extensão pesqueira e aquícola;
- Regulamentação da legislação estadual para a exploração da carcinocultura a exemplo de outros estados nordestinos,
- Utilização racional dos Espaços Públicos existentes nos Parques de Exposição de Animais de João Pessoa e Campina Grande com Implantação de Lojas de comercialização permanente de equipamentos e implementos agrícolas, representações de Laboratórios de melhoramentos genéticos; farmácia veterinária; salas comerciais para treinamento e capacitação de produtores em novas tecnologias, realização de eventos mensais e feiras anuais;
- Implantação de uma Clínica Veterinária no Parque de Exposições de Campina Grande apropriada ao atendimento de animais de Grande Porte para tratamento dos acidentes com animais de grande valor econômico da Paraíba e estados vizinhos;

- Construção do quartel da Cavalaria da Polícia Militar em João Pessoa para desocupação dos Parques de Exposição de Animais;
- Construção do quartel da Cavalaria da Polícia Militar em Campina Grande e das Instalações da Feira Semanal de Animais em terreno de 7,80 hectares, anexo ao Parque de Exposição de Animais, desapropriado pelo Decreto 30.666 publicado no DOE edição de 10/09/2009;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do leite caprino, através da reestruturação do PAO-LEITE para distribuição com as famílias em risco nutricional;
- Fomento a Agregação de Valor para os laticínios, a exemplo do leite de cabra, para produção de queijos finos de grande aceitação no mercado nacional e internacional;
- Gestões junto a CONAB para incremento da oferta de ração animal em quantidade suficiente com a demanda;
- Incentivo ao respeito ao meio ambiente com inserção do segmento nos eventos promovidos pelo Estado e a participação efetiva da SEE no processo de formação do cidadão nas questões ambientais e a legislação vigente de modo especial quanto à utilização de defensivos agrícolas e a defesa da saúde dos consumidores;
- Desonerar a obtenção de licenciamento ambiental e outorga de uso d'água para produtores vinculados ao PRONAF;
- Manter a pesquisa e busca permanente de novas tecnologias para o enfrentamento da estiagem e da seca e ampla divulgação de tecnologias já existentes;
- Manutenção de serviços de monitoramento e previsão climática;
- Elaboração de Programas de Execução de cisternas e de abastecimento de água;

➤ Incentivo a utilização econômica das águas provenientes do rejeito da utilização de dessalinizadores;

Celebração de Convênios com os diversos órgãos do Governo Federal para execução de Programa Permanente de construção de cisternas e perfuração de poços, a exemplo do Programa Água Doce;

7.2.3. Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular:

Essa diretriz instrumentaliza a 2ª força construtiva mencionada, ou seja, a inventividade tecnológica em escala inclusiva.

As dimensões essenciais a serem trabalhadas são a **educação e juventude** dentro do Eixo de Integração para a Melhoria da Qualidade de Vida, levando em conta que a Paraíba dispõe de uma realidade sócio – econômica e educacional superior contraditória em pleno ano de 2018, se levado em conta nossa vocação econômica fragilizada e, noutra ponta, pujança científica, conceitual e de resultados de nossas Universidades Federais no ranking do Brasil.

É sabido que há tempos com a economia primária paraibana perdeu força porque as culturas básicas da agricultura (algodão, sisal, abacaxi, etc) perderam a hegemonia de mercado e da auto-sustentação. O segmento de serviços ocupou a posição. Dos anos 60 para cá não houve até hoje um novo vetor econômico para impulsionar o desenvolvimento.

O recente ranking deste ano divulgado pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial – aponta que as Universidades Brasileiras TOPs no registro de patentes (invenções científicas) foram: 1º) Campinas SP, 2º) UFCG, 3º) UFMG, 4º) UFPB e 11º) IFPB.

Como se comprova, a Paraíba tem nas suas Universidades Públicas – incluindo no contexto as UEPB – a reconhecida Base do conhecimento que precisa criar mais pontes e diálogos para transformarmos esta Competência para a consolidação de

nosso Desenvolvimento Sustentável, através da Inovação advinda da Ciência e Tecnologia.

O Governo do Estado precisa assumir o posto de Maior Indutor no incentivo e políticas para consolidar a nova VOCACÃO ECONÔMICA da Paraíba gerando diversos Polos de Inovação em diversas cidades.

Há 36 anos, Campina Grande dispõe de um Polo Digital referenciado no Mundo e João Pessoa continua ilhada por Recife, Campina e Natal – todos avançados – na captação de inteligência e grandes negócios. Detalhe: na atualidade, João Pessoa tem mais empresas de TI do que Campina.

INOVAÇÃO E ECONOMIA CRIATIVA: Todos os Indicadores provam que não há mais saída para a sobrevivência das novas e futuras gerações que não seja dominar a Inteligência Artificial antes que os robôs dominem tudo.

O presente plano apresentar à sociedade paraibana um ousado e inovador Plano de Ações para transformar a economia paraibana a partir de nosso Potencial existente adotando a Ciência e Tecnologia como maior aliadas.

Aliado a este segmento, urge o abrigo sintonizado da Inovação com a Economia Criativa (são dezenas as atividades) para a criação do POLO DIGITAL, CULTURA E TURISMO no Centro Histórico de João Pessoa. A música erudita nas Igrejas e o Polo de Cinema, além da Gastronomia podem impulsionar todo Projeto. Lisboa, Capital de Portugal, é exemplo de transformação de áreas decadentes no Maior Polo de STARTUPS da Europa.

POLOS DE INOVAÇÃO INTEGRADO: Com a estrutura de Governo, mais parcerias com Universidades e Setor privado desburocratizado, é possível desenvolver um Programa Integrado, que não só em Campina Grande e João Pessoa, mas a Guarabira, Patos, Catolé do Rocha, Cuité, Sousa, Cajazeiras, so para citar algumas.

Há no Vale do Mamanguape uma indústria de fruticultura denominada de DOCE MEL – modelo atualizado de aplicação de tecnologia de resultados.

A GUARAVES, em Guarabira, adotou tecnologia para extração inteligente do sangue de frangos visando atender o Mercado Exterior dos Muçulmanos.

Enfim, a Tecnologia da Informação perpassa em todos os setores, por isso pode e tem de ser a Base de um novo tempo impulsionador de nova Vocação Econômica no Estado.

Por conseguinte, assumimos a ousada posição de mostrar muito mais do que o usual, queremos construir um novo paradigma, sobretudo às futuras Gerações adotando Políticas de inovação capazes de preparar o Estado para o futuro dos nossos jovens para PROFISSÕES DA MODERNIDADE que ainda nem existem.

Para tanto, listamos ações pinçadas estrategicamente para o rompimento das amarras e construção do novo paradigma, tais como:

- Fortalecimento e Criação de novas Escolas Técnicas, para estabelecê-las em todas as regiões da Paraíba, dotando-as de condições adequadas às existentes e dirigindo-as à geração de mão de obra especializada para as demandas das pequenas e médias empresas, observando seus potenciais regionais.
- Criação do POLO DIGITAL, CULTURA E TURISMO no centro Histórico de João Pessoa.
- Melhoramento e ampliação do POLO DIGITAL TECNOLÓGICO de Campina Grande.
- Campina Grande como Sede de Projeto Piloto Experimental de Reestruturação do Ensino Secundário e Superior (célula a ser implantada na UEPB);
- Implementação em estreita parceria com a UEPB de Programa de Ensino a distância voltado ao empreendedorismo e a formação de capital humano com foco nos setores empregadores exigentes de qualificação tecnológica;
- Campina Grande no Comando da Transposição do Rio São Francisco: A cidade como sede para construção do CCO – Centro de Controle e Operação, onde as decisões gerenciais serão tomadas e implementadas;

- Campina Grande como Centro de Irradiação de Ciência e Tecnologia: FAPESQ – Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba, sediada em Campina Grande, como braço operacional. Propõe-se reforçar os laços entre o Estado e todas as instituições federais e estaduais de ensino superior, além do INSA – Instituto Nacional do Semiárido, na experimentação e na pesquisa em áreas como: nanotecnologia e ecomateriais com recursos naturais da Paraíba, fauna e flora da Caatinga, conservação da biodiversidade, reuso de águas servidas, dessalinização da água, combate a pragas na agricultura, fármacos, nanocerâmicas, recursos naturais regionais no desenvolvimento de matéria prima para a indústria, otimização de geração e conversão de energia elétrica, etc.
- Campina Grande como sede operacional da Rede de Infovias: Trata-se de um amplo projeto de integração da Paraíba através de infovias materializadas na forma de redes de cabos de fibra ótica implantados ao longo da BR-230, contemplando todas as cidades encontradas nessa rota.
- Programa de investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação – ProIN-CTI: O cerne dessa proposta consiste em organizar, ordenar e incentivar a produção tecnológica da Paraíba em busca de adequação às realidades agrícolas e industriais locais. Os focos prioritários do programa são: (i) Arranjos produtivos e/ou redes de cooperação e associativismo; (ii) Projetos de conexão ou vínculo a montante e a jusante de grandes empreendimentos; (iii) Projetos de capacitação e extensão universitária tecnológica; e (iv) Programa de construção de polo de alta tecnologia a ser sediado em Campina Grande.

7.3. 3ª. Diretriz: Choque de Gestão para uma rápida requalificação das demandas imediatas (Educação, Saúde, Segurança, Tecnologia, Inovação e Gestão Fiscal):

7.3.1. EDUCAÇÃO.

Nominando um dos vetores que orientam este Plano de Governo, a educação apresenta-se aqui como um dos elementos estratégicos para o desenvolvimento.

A tarefa que se impõe ao desenvolvimento efetivo e pleno da educação no

estado é hercúlea. Não apenas de recuperação de sua estrutura, mas também da amplificação das ações de modo a propiciar uma verdadeira "cruzada" da sociedade para o ensino.

Assim, vejamos as linhas Estruturais do Programa Governamental de José Maranhão para o Sistema Educacional do Estado da Paraíba, objetivando impulsionar a qualidade da aprendizagem no ensino público paraibano:

- Priorizar a Educação em todos os níveis (infantil, fundamental, médio, profissional e não formal, jovens e adultos, ensino a distância, aprendizagem continuada e superior, incluindo a pós-graduação) como alicerce e ferramenta indispensáveis à promoção do desenvolvimento sustentável.
- Ter como norte os paradigmas do século XXI que se fixam no aluno como sujeito e ator da aprendizagem significativa e flexível, compatibilizada com as exigências de transformação da realidade.
- Conhecer e analisar o êxito de experiências educacionais brasileiras e internacionais, visando adaptá-las às condições e necessidades do estado da Paraíba.
- Reconhecer o profissional da educação em sua importância essencial e insubstituível para o equilíbrio e evolução qualitativa dos cidadãos e da sociedade.
- Possibilitar e estimular o crescimento intelectual e cultural dos profissionais da educação, além do acesso a programas de formação inicial e continuada.
- Implementar uma política salarial correspondente à importância do professor, em sua tarefa de orientar a formação da "matéria prima" e da "tecnologia" de maior valor para a sociedade, "o capital humano".
- Manter, recuperar, ampliar e construir unidades escolares (com ênfase nessa ordem de preferência), de modo que a estrutura física abrigue, com dignidade, os agentes educacionais.
- Reforçar a consciência de que a preservação da estrutura e dos equipamentos educacionais é uma responsabilidade coletiva, da comunidade, e de todos os agentes educacionais (dirigentes, professores, estudantes e funcionários).
- Cultivar, no sistema educacional, uma convivência harmoniosa entre professores, alunos e funcionários, fundada na ética da compreensão e do respeito mútuo, como forma de substituir os índices de violência pela Cultura da Paz.

- Incentivar as habilidades básicas, conhecimento, atitudes, valores, liderança, trabalho em grupo e o talento individual como substrato propulsor do desenvolvimento da aprendizagem e da formação da cidadania.
- Inserir conteúdos transversais, nas atividades de várias disciplinas, de modo a propiciar a reflexão e a conscientização dos alunos sobre os efeitos destrutivos da violência, das drogas, da paternidade-maternidade irresponsáveis e das doenças sexualmente transmissíveis.
- Expandir, progressivamente, a mediação tecnológica como recurso facilitador e multiplicador do avanço da aprendizagem, pela disponibilidade do acesso ao uso de equipamentos digitais, democratizados com a banda larga de qualidade, internet e rede *mundial*.
- Ampliar, gradativamente, a inclusão de laboratórios de ciências e de informática, nas escolas públicas.
- Reconfigurar uma das Secretarias da Educação, de modo que se constitua numa usina de sugestões e de recursos didáticos, para realimentação continuada do repertório das escolas, estabelecendo-se a conexão deste processo através das Regiões de Ensino.
- Promover o fortalecimento das Regiões de Ensino, de modo que possam, verdadeiramente, coordenar e multiplicar programas e ações transformadoras das escolas, tanto no âmbito administrativo, como na prática pedagógica, favorecendo a descentralização da secretaria da Educação.
- Motivar professores e alunos de todas as escolas à prática intensiva da leitura, da interpretação e da redação, habilidades imprescindíveis para o desenvolvimento do ser e da aprendizagem, no mais amplo sentido.
- Criar condições efetivas para que professores e alunos possam dedicar-se à prática da leitura, da interpretação e da redação, atividades sem as quais se torna inalcançável a qualidade da aprendizagem, ante a barreira da incompreensão.
- Criar turmas de preparação para o ENEN, destinadas a alunos que concluíram o ensino médio em escolas públicas e não obtiveram classificação para ingresso na Universidade.
- Oferecer, aos alunos do ensino médio, reforço de preparação para o ENEN, através de programação e atividades próprias desenvolvidas, paralelamente, ao longo das três últimas séries do curso.
- Integrar as Secretarias da Educação e as Regiões de Ensino a outros órgãos do governo, especialmente os de saúde e cultura, para compartilhamento de iniciativas que resultem na obtenção da qualidade da aprendizagem.

- Expandir a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, garantindo a habilitação dos jovens para o trabalho.
- Garantir aos estudantes transporte e alimentação escolar, material didático e fardamento, bem como programas de estágio e atividades de iniciação científica.
- Redefinir o ensino noturno e a educação rural de modo a adequá-los à realidade dos alunos, como estratégia de reduzir a evasão escolar dessas áreas.
- Reduzir a taxa de analfabetismo da população, através de parcerias, firmadas com as Prefeituras, objetivando o cumprimento de programas elaborados para este fim.
- Firmar parcerias com as Prefeituras, apoiando a construção de novas salas de aula, necessárias à ampliação das matrículas.
- Implantação de escolas de excelência, com duas línguas estrangeiras (inglês e espanhol) e em tempo integral, em todos os municípios da Paraíba;
- Melhoramento ou implantação de escolas técnicas de excelência, em parceria com o Governo Federal, em todos os polos educacionais da Paraíba;
- Autonomia para a UEPB com repasse integral de seu duodécimo;
- Manutenção e aperfeiçoamento de TODAS as políticas públicas de educação, com bons resultados, existentes na gestão estadual notadamente, os programas metros da educação, escola de valor, gira mundo, prima, ensino integral, PBVest, dentre outros.

7.3.2. SAÚDE.

As Regiões Norte e Nordeste do Brasil têm especificidades complexas, que acarretam obstáculos a implementação e a superação de situações de assistência à saúde, interferindo, se não respeitadas estas especificidades de forma negativa na implantação de um sistema de saúde regional, que busque respeitar as características e necessidades dos habitantes de cada região.

O Estado, conforme desenho do Mapa da Saúde, possui 04 Macros Regiões, João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa, subdivididas em 16 Regiões de Saúde.

A Macrorregião de João Pessoa possui uma população de 1.952.127 habitantes, a de Campina Grande 1.127.117 habitantes, a de Patos 471.890 e a de Sousa 474.424, ressaltamos que a maior concentração de municípios, 137 dos 223 estão em torno das macrorregiões de Patos e Sousa.

Portanto, as Diretrizes da Política Pública de Saúde para o estado da Paraíba devem ser adaptadas levando em consideração a estas características regionais, corrigindo o equívoco histórico de não priorizar a interiorização da assistência à saúde, e o estabelecimento de referências especializadas que considerem e garantam a residência do usuário e o seu tempo de deslocamento.

Firmar pactos Interfederativos que priorizem o financiamento tripartite, em especial para a atenção básica, a promoção da saúde e a vigilância em saúde, visando ao alcance de um modelo de atenção à saúde integral sem fragmentação e a organização de uma Rede de Atenção à Saúde articulada em âmbito municipal, regional e estadual, com responsabilização para o ente que não cumprir, será a prioridade deste Plano de Governo.

Fazer investimento visando a interiorização de Serviços de Média e Alta complexidade nas Regiões do Sertão Paraibano e da Borborema, macrorregião composta por 137 municípios, é meta definida a ser alcançada.

Fortalecer o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde em todos os ciclos da vida, de forma regionalizada e integral, é o objetivo.

O eixo norteador, portanto, será conforme o Decreto Federal n. 7508/11, que estabelece regramentos, que dispõe diretrizes para a gestão compartilhada e solidária da saúde pública.

Destaques, por Eixo de Assistência:

➤ **Atenção Básica:**

- Organizar o sistema de saúde com foco nas necessidades, condições de risco e vulnerabilidades presentes no território, fortalecendo assim a integralidade da atenção à saúde;
- Afirmação da Responsabilidade Sanitária como princípio básico da Atenção à Saúde e Gestão do SUS da Paraíba.

- Afirmação da Responsabilidade Sanitária como princípio básico da Atenção à Saúde e Gestão do SUS da Paraíba.
- Apoio institucional a implementação da Política de Atenção Básica em 100% dos municípios do Estado;
- Instituir, por Lei, o Incentivo Estadual ao Programa de Saúde da Família, compatíveis para garantir os investimentos e recursos necessários à integralidade do cuidado;
- Fortalecer a integração entre Atenção Básica e Vigilância em saúde, ampliando e apoiando as ações intersetoriais;
- Estabelecer mecanismos para destinar recursos estaduais para compor o financiamento tripartite da Atenção Básica, em cumprimento ao que determina o novo modelo de financiamento do Sistema Único de Saúde;
- Estabelecer parcerias com as gestões municipais para fomentar a ampliação de Programas Estruturante da Atenção Primária, como aumento do número de equipes de Atenção Básica, Saúde Bucal, Núcleo Ampliado de Saúde da Família/NASF;
- Reduzir a morbimortalidade por meio de implantação e implementação das ações de Vigilância em Saúde com objetivo de promoção, proteção, prevenção, reabilitação, redução dos riscos e danos à saúde da população, com fomento e implementação da vigilância ambiental e saúde do trabalhador em 100% das regiões de saúde do estado;
- Investir de forma a assegurar a cobertura de Vacinação das Campanhas Nacionais, cumprindo a meta de 90% da população vacinada contra influenza 95% da população contra pólio e sarampo;
- Reestruturar a Rede de Frio Estadual, sua capacidade física instalada e com unidades móveis para transporte e acompanhamento do controle de armazenamento e distribuição de vacinas;
- Reestruturar e implementar as ações do Laboratório Central de Saúde Pública Estadual/LACEN para execução do diagnóstico das doenças/agravos, análise de água para consumo humano e ambiental, assim como de produtos sujeitos a vigilância sanitária; para a realização de exames histopatológicos;
- Reestruturar e reequipar a sede do Laboratório Industrial farmacêutico do Estado (LIFESA);
- Fortalecer e implementar a Vigilância Sanitária, possibilitando a integração entre as ações de proteção e promoção da saúde.

- Garantir o abastecimento de insumos e material permanente para execução do diagnóstico das doenças transmissíveis e parasitárias, análise de água para consumo humano e ambiental, assim como de produtos sujeitos a vigilância sanitária;
- Fortalecer a implementação da Política de Atenção a Saúde da Pessoa Idosa, a partir da proposta da priorizando as ações de promoção da saúde, saúde mental, envelhecimento ativo, prevenção de quedas e violências e ampliação da autonomia para o autocuidado.

➤ **Governança e Regionalização:**

- Fortalecer a Agenda da Regionalização e o Planejamento Integrado, através de mecanismos de cogestão dos municípios com o Estado e a União, garantindo financiamento tripartite.
- Qualificar o processo de avaliação de tecnologias em saúde, definindo critérios para incorporação e instituição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, com objetivo de reduzir a Judicialização de Medicamentos.
- Implementar o Sistema Estadual de Regulação da Assistência à Saúde, otimizando a estrutura física e técnica na SES/PB para operar o processo de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, no âmbito das responsabilidades atribuídas ao Estado.
- Recuperar a operacionalização da Central Estadual de Regulação /Complexo Regulador, na garantia do acesso das referências intermunicipais e interestaduais, bem como o monitoramento a avaliação da execução da política estadual de saúde;
- Implantar o Sistema de Regulação - SISREG no âmbito ambulatorial e hospitalar.
- Fortalecer as ações de Auditoria em Saúde, com vistas a avaliação de desempenho, qualidade e resolutividade das ações e serviços integrais da rede SUS em todas as regiões da saúde do estado;
- Garantir recursos estaduais, para Cumprimento das Ações Assistenciais Programadas de Contrapartidas de Média e Alta Complexidade, para a Assistência Farmacêutica, SAMU e UPAS.
- Redefinir a política de apoio e financiamento ao Tratamento Fora do Domicílio/TFD e transporte sanitário, considerando os custos reais desta logística;

- Fortalecer e implementar a Política de Educação Permanente em Saúde no Estado;
- Transformar do Centro Formador de Recursos Humanos (CEFOR) em Escola de Saúde Pública ampliando a capacidade de capacitação dos trabalhadores da Saúde;
- Promover parceria entre a SES-PB E O MEC/MS para tornar o CEFOR-RH/PB ofertante do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC).
- Implementar através da Escola de Saúde Pública a formação em Atenção Básica para os profissionais que tem em sua atuação o apoio à atenção básica, Equipes do Saúde da Família, como os Núcleos de Apoio à Saúde da Família/NASF, Consultório na Rua, Equipes de Saúde Mental, Telessaúde e outras estratégias.
- Implementar, em conformidade com a Estratégia e-Saúde, a informatização de todos os pontos de atenção à saúde, a fim de oportunizar o uso de informações qualificadas ampliando a segurança na continuidade do cuidado;
- Apoiar junto ao Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) o cumprimento do estabelecido na Lei 12.871/2013 sobre o eixo de Formação dos Profissionais de Saúde, com a ampliação de vagas para a graduação e de programas de residência médica.
- Fomentar o preenchimento das vagas ociosas das Residências em Saúde da Família e Comunidade por meio de maior articulação entre as secretarias municipais, os órgãos reguladores e o MEC.
- Fortalecer a REDE ESCOLA SUS na Paraíba, com incentivo à ampliação da oferta de residências com ênfase às redes de atenção prioritárias do estado (rede cegonha, rede de urgência e emergência, rede de atenção psicossocial, rede de cuidado às pessoas com deficiência, rede de atenção à saúde da pessoa com doença crônica).

➤ **Rede de Assistência De Média e Alta Complexidade/Reestruturação.**

- Desenvolver ações para fortalecimento da longitudinalidade do cuidado com coordenação da Atenção Básica e estabelecimento de referências especializadas que considerem a residência do usuário e o seu deslocamento;

- Implantar o Hospital da Mulher, no município de João Pessoa, garantindo atenção integral à saúde da mulher, aos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase as mulheres em situação de maior vulnerabilidade social;
- Fortalecer a Rede de Atenção e Cuidado para Mulheres em situação de violência protegendo os direitos das mulheres considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional;
- Implementar a Rede de Atenção e Cuidado as Mulheres Vítimas de Violência no Estado;
- Fortalecer a Rede Estadual de Urgência e Emergência, com implantação do Hospital Regional de Urgência e Emergência, na região do sertão, redefinindo o desenho regional de atenção à saúde na Paraíba, preenchendo o vazio assistencial de alta complexidade nesta região e diminuindo a distância a ser percorrida pelos usuários da 4ª Macrorregião – Sertão Paraibano;
- Implementar as Redes de Urgências de forma articulada e integrada, com ênfase nas linhas de cuidado prioritárias de traumatologia, cardiovascular, cerebrovascular e pediatria;
- Efetivar as Redes Regionalizadas de Atenção à saúde considerando os determinantes sociais, aprimorando a política de atenção básica, atenção especializada, vigilância em saúde, regulação e assistência farmacêutica.
- Habilitar o Centro Especializado de Diagnóstico do Câncer/CEDC como serviço de Diagnóstico Mamário (SDM), modernizando com aquisição de equipamentos médico-ambulatorial. Iniciando a realização de exames monográficos de rastreamento e de diagnóstico.
- Reduzindo a incidência da mortalidade por câncer no Estado, implantar a Unidade Assistencial em Alta Complexidade em Oncologia - UNACON no município de Patos, priorizando a estruturação de um serviço que viabilize o acesso integral em oncologia para a população, prioritariamente das 3ª e 4ª macrorregião, suprimindo a falta de serviços de Assistência ao Câncer, atualmente centrada em João Pessoa e Campina Grande;
- Fortalecer a vocação do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires de Santa Rita, como um Serviço de referência Estadual em Alta complexidade, em Transplantes, Nefrologia, Ortopedia, Endocrinologia, Cardiologia e Neurologia adulto e Infantil;

- Fortalecer a implementação da Política de Transplante assegurando a distribuição de órgãos e tecidos desenvolvendo o princípio da distribuição equitativa, através de regulamentação da procura e captação de órgãos e tecidos na Paraíba;
- Fortalecer ações visando diminuir a subnotificação de Morte Encefálica e de Mortes por Coração Parado, para aumentar o número de doações e de transplantes de órgãos e tecidos no Estado.
- Destinar recursos correspondentes à parcela atribuída ao estado necessários ao fortalecimento e redefinição da vocação dos Hospitais de Pequeno Porte, priorizando as regiões carentes de assistência em média complexidade hospitalar.
- Fortalecer a Política de Assistência Farmacêutica no Estado, assegurando e qualificando o acesso aos medicamentos;
- Reestruturação da Assistência Farmacêutica dos medicamentos excepcionais, organizando e ampliando a Rede de Distribuição/CEDEMEX para todas macrorregiões do estado, que se encontra centrado em João Pessoa e Campina Grande.
- Reconstruir a Hemorrede Estadual, implementando a atenção hematológica e hemoterapia, ampliando o atendimento de referência aos usuários, considerando o desenho da Regionalização;
- Fortalecer a Atenção Especializada garantindo acesso da população aos serviços de qualidade, com vistas para qualificação, ampliação e descentralização da oferta de serviços de saúde no estado;
- Implantar 04 Centros de Referência Regional de Diagnóstico por Imagem, garantindo acesso aos exames de média e alta complexidade ampliando a resolutividade das referencia da Atenção primaria;
- Implementar a Política de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência;
- Implantar um Centro Especializado de Reabilitação/ CER por macrorregião.
- Ampliar e Fortalecer as ações da FUNAD com investimento na sua capacidade instalada e de equipamentos;
- Ampliar a Rede Especializada de Gestaçã de Alto Risco, reduzindo a taxa de mortalidade infantil e materna;
- Fortalecer os Banco de leite uso de leite humano em unidades neonatais;
- Ampliar as ações de alta complexidade e a capacidade instalada dos leitos de UTI do Hospital Arlinda Marques;

- Ampliar as ações de controle das doenças infectocontagiosas no hospital Clementino Fraga, restabelecendo a parceria com a UFPB;
- Fomentar os processos de Habilitação junto ao Sistema Único de Saúde/SUS os leitos existentes das unidades com serviços de UCINCa, Alto Risco, Centro de Parto Normal-CPN e Ambiência;
- Fomentar os processos de Habilitação junto ao Sistema Único de Saúde/SUS as especialidades de: cirurgia cardiovascular e procedimentos em cardiologia intervencionista; centro de referência em alta complexidade cardiovascular; cirurgia cardiovascular pediátrica; cirurgia vascular e procedimentos endovasculares, extracardíacos; laboratório de eletrofisiológica, cirurgia cardiovascular e procedimentos de cardiologia intervencionista; centro de referência de alta complexidade em neurologia/ neurocirurgia; centro de referência de alta complexidade em terapia nutricional; procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos -hospital dia; enteral e parenteral; enfermidades cardiovasculares; -enfermidades neurológicas UTI pediátrico; UTI adulto; UCO; UTI nas unidades hospitalares;
- Implantar, implementar e integrar as redes de atenção a saúde, sobretudo as prioritárias: Rede de Atenção Materno Infantil, Rede de Atenção as Urgências e Emergências, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência e Rede de Atenção as Doenças Crônicas;
- Ampliar e melhorar os Hospitais de Trauma de João Pessoa e Campina Grande, sobretudo no atendimento e humanização dos cidadãos doentes;
- Apoiar e efetivar a construção do Novo Hospital Universitário de Cajazeiras-PB;

➤ **Controle Social:**

- Promover o fortalecimento do controle social, fortalecendo como instâncias gestoras do SUS, com vistas a possibilitar a efetiva implementação da assistência à saúde regionalizada, fortalecida por regiões de saúde, respeitando suas atribuições e os normativos vigentes, minimizando os entraves político-administrativos.

➤ **Gestão do Trabalho:**

- Estabelecer política de incentivo e valorização dos servidores efetivos, reformulando o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração;

- Recompôr o quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde;
- Desenvolver gestão democrática e participativa no trabalho com a Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS;
- Promover um amplo programa de qualificação da força de trabalho em saúde, tornando-o investimento estratégico para o fortalecimento do SUS – PB.

➤ **Financiamento:**

- Pactuar política de financiamento equitativo para garantia das ações no âmbito do SUS, observando o tratamento diferenciado que visa a redução as desigualdades regionais, como previsto na constituição.
- Definição dos critérios de rateio para repasse de recursos como determina a Lei Complementar 141/12;
- Garantir dotação orçamentária do Estado para os hospitais da rede garantindo a produção dos serviços hospitalares, mediante o cumprimento do repasse dos recursos financeiros;
- Garantir recursos financeiros de investimento e custeio para implantar atualizando os novos parâmetros estabelecidos na Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde - PGASS (atualizando a PPI/2010) e construindo efetivamente o monitoramento das pactuações assinadas.
- Propor a revisão dos valores estabelecidos, Tabela SUS, pelo Ministério da Saúde para os principais serviços contratados para atender às necessidades de saúde da população;
- Atualização dos Tetos Financeiros Globais do Estado e Municípios, através dos processos de habilitações e credenciamento de serviços já existentes e em funcionamento;
- Identificar fontes de financiamento com recursos específicos para saúde;
- Fomentar a revisão da política de renúncia fiscal visando à ampliação do financiamento da saúde;
- Propor nova regulamentação ao financiamento, incluindo custeio e investimento, diretos e por emendas parlamentares, considerando o modelo de atenção, gestão e governança do SUS.

➤ **Vitimados e Sequelados do Trânsito.**

- O Governo promoverá a execução de Plano Estadual de Enfrentamento à Violência do Trânsito que envolvem ações conjuntas de diversos órgãos (secretaria de saúde, DETRAN, DER e BPTRAN), com o objetivo de reduzir a quantidade de vítimas que já ocupam índice superior a 50% dos leitos dos hospitais de trauma de João Pessoa e de Campina Grande. O plano está detalhado no item relacionado com as ações de segurança pública.

7.3.3. SEGURANÇA PÚBLICA.

É notório que o Brasil passa por um momento muito crítico e delicado no campo da segurança pública e defesa social. Dados divulgados pelo Atlas da Violência 2017 demonstram que mais de 60.000 homicídios foram praticados no país no ano de 2016.

A Paraíba, apesar de estar experimentando uma ligeira queda nos números absolutos dessa modalidade de crime nos últimos anos, ainda detém uma taxa por cem mil habitantes bastante elevadas, chegando a atingir 31,9 segundo dados do Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Segurança Pública, em 2017.

Acrescido a isto, aumentou em 59% o número de roubo de veículos na cidade de Campina Grande entre 2017(411) e 2016(258). Nesse diapasão, ainda em Campina Grande, houve um aumento de 35% de roubo em transporte coletivo de passageiros entre os anos de 2015(104) e 2016(139). Dados esses publicados também pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Segurança Pública.

Os ataques as Agências Bancárias e dos Correios e Telégrafos, sobretudo nas cidades do interior, tem causado um clima de pânico e terror na população, além dos prejuízos causados a economia do Estado.

Dados dos Sindicatos dos Bancários e dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos da Paraíba estimam que cerca de 150 ataques já foram registrados em 2018.

De modo que, sem levar em conta a sensação de insegurança que aflige o cidadão paraibano no seu cotidiano sendo vítima de crimes como roubos e furtos diversos, constata-se a necessidade de um redimensionamento na política de segurança pública adotada até então.

Medidas Emergenciais.

A situação da segurança pública necessita de medidas emergenciais, que tem que ser adotadas para conter a ampliação do crime e concomitantemente devem ser adotadas as medidas preventivas de curto, médio e longo prazo.

Tempo Resposta.

O cidadão deseja ter a sua segurança preservada pelo aparelho de justiça do Estado, porém quando ainda assim esse aparelho falha, ele acredita que de imediato terá a pronta resposta a sua situação crítica em que já foi violado.

A demora no atendimento ou o atendimento inadequado do cidadão num momento muito delicado ou até mesmo de uma dor profunda pela perda da vida de um ente querido, leva ao total descrédito nas instituições do Estado e na ampliação do sentimento de impunidade de desordem social. Assim o pronto atendimento com a redução do lapso de tempo entre a ocorrência do evento, é requisito de eficácia da atuação do aparelho de estado e de legitimidade.

Integração das Ações Policiais.

Uma ação conjunta com as polícias estaduais e com a Polícia Federal – articulada no âmbito do Gabinete de Gestão Integrada deverá ser desencadeada para que o tráfico de drogas seja reprimido com eficiência.

Desmobilizar as Gangues.

As gangues são grupos geradores de várias violências e sua desmobilização tem que ser o resultado do esforço de todas as agências com trabalho na região. Os principais estudos disponíveis sobre o comportamento de infratores violentos crônicos demonstram que eles não se envolvem apenas em um conjunto de atividades ilegais, mas também manifestam um conjunto de outros problemas comportamentais.

Recuperação de Áreas Degradadas.

O Poder Público deve empreender um esforço concentrado para a recuperação de áreas degradadas, envolvendo a participação dos residentes e das associações comunitárias, lideranças locais, estudantes, etc. em mutirões de limpeza e embelezamento das áreas públicas.

Nesse sentido, considerando a escassez de recursos financeiros em que passa o país e o Estado, as ações/palavras de destaques nesse cenário passarão a ser: **INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO, ARTICULAÇÃO, TECNOLOGIA E PROFISSIONAL MOTIVADO.**

Isto posto, sugerimos a inclusão das ações abaixo para o plano de gestão e governança para a segurança pública e, ao que chamaremos de servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social (Polícia Civil e Militar, Bombeiros Militares, Peritos, Agentes Penitenciários e DETRAN), a ser implementado entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 da forma que se segue.

7.3.3.1. GESTÃO DE PESSOAS:

- Viabilizar a paridade entre a remuneração servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social ativos e inativos/pensionistas;
- Revisar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social;
- Estimular à capacitação continuada nas próprias instituições e/ou em parcerias com Universidades e instituições de educação privadas; para os servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social;
- Melhoria anual das remunerações dos servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social;
- Estabelecimento de subsídio para a aquisição da moradia própria para os servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social que ainda não a possuam;
- Implementar uma política de saúde preventiva, em integração com a Secretaria de Saúde, visando o bem estar biopsicossocial dos servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social;
- Subsidiar o uso de creches particulares que acolherem filhos de servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social;

- Estimular às premiações por ações exitosas operacionais ou de cunho socioeducacional dos integrantes das instituições dos servidores públicos do sistema de segurança pública e defesa social que aproximem as comunidades carentes do poder público;
- Nomear todos os concursados e rerealizar concursos públicos anuais para o recompletamento dos efetivos que se aposentam ou são desligados dos órgãos do sistema de segurança pública e defesa social;
- Implementação de assistência jurídica aos integrantes dos órgãos do sistema de segurança pública e defesa social em colaboração com as associações de classe, quando atuarem em ato de serviço.

7.3.3.2. GESTÃO LOGÍSTICA:

- Aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual para cada integrante da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro e Agentes Penitenciários;
- Aquisição e distribuição de armamento individual cada integrante da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro, Perito, Agentes Penitenciários e DETRAN devidamente habilitados;
- Renovação da frota de veículos patrimoniais e ampliação da locação para as instituições do sistema de segurança pública e defesa social;
- Ampliação e integração do sistema de comunicação entre os órgãos que integram o sistema de segurança pública e defesa social;
- Melhorias nas condições de salubridade das edificações próprias ou locadas, onde que estão instaladas unidades dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública e defesa social;
- Investimento e estímulo ao emprego de equipamentos e tecnologias que facilitem a atuação em campo dos profissionais dos órgãos do sistema de segurança pública e defesa social;
- Modernização e ampliação do Instituto de Polícia Científica.

7.3.3.3. GESTÃO DE INTELIGÊNCIA:

- Estimular à integração, cooperação e parceria entre os setores de inteligência dos órgãos do sistema de segurança pública e defesa social, bem como os da esfera municipal e federal;
- Ampliar a troca de informações permanentes com órgãos federais e Ministério Público, sobre as atividades das organizações criminosas que atuam em outros estados da federação e que, de algum modo, possam desencadear ações no estado da Paraíba;

7.3.3.4. GESTÃO OPERACIONAL:

- Realizar um diagnóstico real da situação do sistema de justiça criminal, que engloba além dos órgãos do sistema de segurança pública, o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Sistema Prisional;
- Promover a implantação do Sistema de Segurança Pública – SUSP;
- Construção dos Centros de Comandos de Controle Integrados Regionais – CCIR (PM/PC/CBM/SAMU/PRF, Órgãos de Trânsito, Guardas Municipais);
- Desenvolvimento permanente de operações conjuntas nas divisas com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará visando impedir a entrada de criminosos, bem como coibir o tráfico de drogas;
- Realização constante de operações tipo blitz em locais, horários e cidades com maior incidência criminal, principalmente no tocante a homicídios, latrocínios, roubos e tráfico de drogas;
- Ampliação da Operação Lei Seca para várias cidades do interior do estado;
- Estimulo às Prefeituras à criação e implementação das Guardas Municipais no intuito de ampliar o sistema de inteligência e proteção ao cidadão nas escolas, praças e equipamentos municipais;
- Redimensionar e ampliar as Unidades de Polícia Comunitária;
- Estabelecer parcerias com a iniciativa privada no tocante a compatibilização e disponibilização de imagens captadas por sistema de circuito fechado de televisão para o auxílio no trabalho preventivo e investigativo;
- Ampliar e melhorar plano de enfrentamento a violência do trânsito;
- Fortalecimento das Ouvidorias e expansão de suas atividades;
- Ampliar e melhorar a articulação entre a segurança pública e a privada;
- Aperfeiçoar a política de segurança solidária;

- Aperfeiçoar os mecanismos de participação da sociedade civil na construção e implantação da política de segurança pública;
- Efetivar um plano estadual de segurança pública, implantando a tecnologia mais atual, recente e moderna no combate a crescente criminalidade no Estado;
- Criar um programa de videomonitoramento por câmeras em toda Paraíba;
- Aumentar o efetivo das Polícias através de concurso;
- Instalar polos regionais com forte aparato policial devidamente equipado;
- Implantar unidades de força de natureza especial em todos os municípios;
- Patrulhamento ostensivo nas áreas de fronteira do Estado;

7.4. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

A ciência, tecnologia e inovação são ferramentas fundamentais para a transformação da matriz produtiva. Base para a sustentabilidade ambiental e inclusão sócio-produtiva. É importante avançar na implantação do Parque Tecnológico da Paraíba.

A Paraíba deve dar espaço no apoio às instituições de pesquisas, à iniciação científica, inovação tecnológica nas empresas privadas, entidades públicas e organizações populares. Para o processo de desenvolvimento, são diretrizes:

- Identificar áreas estratégicas e prioritárias de interesse do Estado para estabelecer linhas de apoio a ações indutoras em ciência e tecnologia, que sejam capazes de contribuir com o desenvolvimento do Estado;
- Criar a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, dotando-a de recursos financeiros capazes de estabelecer convênios, contratos e ações de contrapartidas nos editais, programa e projetos de pesquisa promovidos pelas agências de fomento à pesquisa no país e no exterior, com a implantação de política que priorize alocação crescente de recursos financeiros para CT&I até um atingimento de um percentual mínimo (a ser definido) da receita tributária líquida do Estado;
- Criar uma Agência Estratégica de Desenvolvimento com ações indutoras em ciência e tecnologia, para contribuir com o desenvolvimento, alcançando as pequenas e médias empresas através da disseminação de tecnologias inovadoras das Universidades, Institutos tecnológicos e ONG's.

Propostas:

- Apoiar a geração de tecnologias, buscando a sustentabilidade econômica, com base no aproveitamento dos recursos naturais, humanos e culturais;
- Fortalecer a Paraíba como centro de desenvolvimento de software, utilizando o poder de compra do Estado para fortalecer a produção local;
- Fomentar relação entre Institutos de Ciência e Tecnologia e agentes produtivos;
- Implantar um Centro de Pesquisas especializado em Tecnologias Sociais, como também a implantação do centro de tecnologias para o Semiárido;
- Fomentar as Tecnologias da Informação e Comunicação, devido aos seus resultados e capacidade de transversalidades;
- Desenvolver procedimentos para possibilitar que empreendimentos solidários, micro e pequenos empreendimentos, sejam capazes de atender às encomendas governamentais de bens e serviços;
- Sistema público de CT&I interiorizado de modo articulado ao sistema de educação e às demandas das políticas públicas;
- Implantação e expansão de Centros de Educação Científica no interior;
- Desenvolver infraestrutura tecnológica do Estado;
- Infovia Digital da Paraíba (Cinturão Digital);
- Disponibilizar o acesso à internet em escolas públicas estaduais;
- Aperfeiçoar o modelo de governança do Sistema Estadual de CT&I;
- Fortalecimento do Parque Tecnológico;
- Estimular as ações da CT&I que melhorem as ações de segurança e saúde;
- Tratar e explorar a convergência digital em todo o estado, tratando Voz e Dados como um meio único e comum;

Mais Propostas:

- Instituir um núcleo da secretaria para todas as regiões da Paraíba que corresponda às unidades de ensino e pesquisa;
- O Estado deve iniciar um diálogo com os setores produtivos do Estado no sentido de identificar nichos de desenvolvimento que precisam ser pesquisados;
- Resgatar o Sistema Estadual de CT&I da Paraíba, dotando-a de recursos humanos próprios qualificados e com repasses financeiros estáveis e regulares;
- Fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para o

desenvolvimento do Estado;

- Apoiar a ampliação e modernização da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica no Estado via a implantação do fomento a projetos de pesquisa;
- Estabelecer parcerias com agências de financiamento em CT&I, instituições federais (BNDES, Finep e CNPq, ministérios, etc.), municipais, Sebrae as Federações de Indústrias, empresas, etc;
- Ampliar a formação de pessoas em nível de graduação e pós-graduação;
- Ampliar o quadro de mestres e, especialmente, de doutores no Estado;
- Ampliar e fortalecer os Centros de Pesquisas Tecnológicas;
- Estabelecer ações, junto ao setor privado, para criação de processos tecnológicos e de inovação voltados para o desenvolvimento do sistema produtivo;
- Promover ações de fomento de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas, bem como os programas de estímulo à criação de empresas inovadoras;
- Estabelecer um Programa Estadual de Popularização da Ciência;
- Construir uma rede de Parques Tecnológicos integrados;
- Criar a Rede Paraíba de Núcleos de Inovação Tecnológica;
- Ampliar o Programa de Apoio as Micros, Pequenas e Médias Empresas;
- Implantar e melhorar o Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios;

7.5. POLÍTICA FISCAL:

A Lei de Responsabilidade Fiscal define os princípios básicos de responsabilidade, tem em seu bojo noções de como realizar uma gestão prudente dos recursos públicos, estabelecendo também mecanismos prévios de ajustes que asseguram a observância de parâmetros de sustentabilidade fiscal.

Neste contexto, os governos (estadual, municipal e federal) são obrigados a tornar transparente e equilibrada a discrepância entre receitas e despesas. Em contrapartida a sociedade juntamente com as Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores são obrigadas a discutir abertamente formas de combater o desequilíbrio fiscal.

Em suma, **planejamento, transparência e responsabilidade fiscal**. Estes são os pilares básicos da LRF. Como todo modelo eficiente, a regra se baseia em um princípio simples e exige apenas a utilização das operações de soma e subtração

para ser aplicada. Basta não gastar mais do que se arrecada. Instalada como um código de conduta para os governantes e administradores públicos, seu objetivo maior é a busca e a manutenção do equilíbrio das contas públicas em todos os níveis de governo e ao alcance dos três poderes.

Na LRF grande ênfase é concedida para o estabelecimento de limites e o controle com endividamento, despesas de pessoal, restos a pagar e preservação do patrimônio público. Na realidade observou-se que na LRF os gastos decorrentes de uma administração pública, passam a ser avaliados não pela quantidade, como acontecia anteriormente, mas pela **qualidade do gasto**: a obediência aos limites, o equilíbrio das contas, a aplicação correta dos recursos, os custos envolvidos e a transparência na execução das despesas.

Justamente por isso, é imperativo implementar, estruturar e executar por meio da **inteligência estratégica fiscal**, um plano de ação dimensionado para a otimização e mobilização de ativos e elisão do risco fiscal, tendo como substrato a responsabilidade na gestão fiscal como ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o hibridez das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar – assim, baseado pelo parágrafo 1º, artigo 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. nº 101/2000).

Buscando, o enfrentamento à escassez de recursos que impede a realização de diversas políticas públicas imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável.

É sobre tal intervir que se propõe como ferramenta de gestão estratégica fiscal, um programa de trabalho com foco no Planejamento Financeiro, Fiscal e Tributário para o Governo do Estado da Paraíba, cujo objetivo macro é construir uma relação sublime e equilibrada entre os elementos de receitas e despesas que compõem a matriz fiscal formatado dentro de quatro eixos:

Eixo Previdência: Compreende ações a serem propostas desenvolvidas e implementadas visando consolidar a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência dos Servidores,

tendo como meta a mitigação de seu déficit no médio e longo prazo, desarmando a bomba fiscal observada na previdência própria dos servidores paraibanos;

Eixo Receitas: Abrange o desenvolvimento de uma **Inteligência Estratégica Tributária** a partir de ações a serem executadas visando otimizar a arrecadação própria, proveniente de receitas correntes, nomeadamente as de natureza tributária, contributiva e patrimonial, tendo como meta seu incremento e estabilização das receitas, sem no entanto estabelecer arrocho fiscal e desmonte da capacidade empreendedora da Paraíba eliminando a política de “arrocho fiscal cego e acéfalo” que acaba por provocar histerese no mercado e inviabilizar o empreendedorismo;

Eixo Despesas: envolve, sobretudo, as ações voltadas ao custeio de pessoal e outros custeios, tendo como meta não só sua diminuição, como sua qualificação e racionalização do gasto qualificando-o;

Eixo Relações Federativas: É crível que há vários programas, ações e despesas da gestão dos entes infranacionais que, uma vez auditados, chegarão a ter achados financeiros em favor da edilidade estadual. Com efeito, é *mister* que se promovam as devidas diligências em recuperar os valores que o ente público deixou de auferir por disfunções na prática federativa. Tal ação será executada a partir da PGE com a criação de um escritório de Recuperação de Ativos Fiscais Federais.

A atuação se dá por meio da construção, implantação e execução de um **Plano Estruturado de Gestão Fiscal**, a partir da utilização de elementos do Direito Financeiro, nos termos dos arts.145 a 192 da CFRB 1988, capazes de estabelecer uma conexão sistêmica entre as funções Planejamento, Receitas, Despesas, Dívida Pública, Previdência e Federalismo Fiscal, para que se efetue um equilíbrio sustentável na Gestão Pública.

Trata-se de uma visão sistêmica, composta de uma série de estratégias para o enfrentamento da atual crise fiscal que passam os entes federados. As etapas da presente estratégia são executadas a partir da materialização de conceitos e da doutrina componente no âmbito do Direito Financeiro e da Gestão Fiscal, tendo como objetivos específicos:

- a)** Diagnosticar a situação fiscal da Paraíba consolidada a partir dos horizontes de curto, médio e longo prazos, incluindo revisão e auditoria da dívida pública e dívida junto ao RGPS (regime geral de previdência - INSS);
- b)** Analisar os problemas enfrentados pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Estado e suas causas, especialmente à situação jurídico-financeira e atuarial;
- c)** Desenvolver e implementar ações que possibilite o equilíbrio fiscal e financeiro do RPPS nos termos da LC nº 101/2000;
- d)** Sugerir mudanças legislativas, reduções de despesas, novas fontes de receitas e revisão, bem como auditoria da dívida pública de médio e longo prazos;
- e)** Identificar os problemas enfrentados pelo Estado para melhorar a qualidade do gasto, auditando despesas correntes com energia e telecomunicações, bem como otimizar a eficiência de arrecadação implementando, medidas para compatibilização equilibrada entre receitas e despesas;
- f)** Implantação de uma estratégia de elisão fiscal e apontar medidas que possam ser adotadas nas áreas de maior participação na despesa, como saúde, educação e assistência social, visando à melhoria da qualidade do gasto;
- g)** Propor, no que couber, intervenções destinadas à reforma na Gestão Fiscal, visando maior racionalidade e efetividade na prestação de serviços públicos no universo de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- h)** Analisar aspectos práticos do Federalismo Fiscal, identificando hiatos entre os elementos legais que normatizam as relações entre os entes que compõem a Federação e tomar as providências cabíveis para mitigar e eliminar possíveis e eventuais divergências entre a diretriz legal e a realidade fática, lançando mão de meios legais para fazer cumprir o Pacto Federativo.

A ação prática aqui apresentada, desenvolve em conjunto ou separadamente, as seguintes atividades: Uso da Inteligência Estratégica e Visão Sistêmica na Estruturação e na Gestão Fiscal, que combinam as vantagens da gestão profissional, a customização de

estratégia de eficiência fiscal, tendo como premissa a percepção holística da gestão do ente público amparada por elementos de direito fiscal notadamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LCnº 101/2000), corroborada a partir das seguintes premissas:

- **Planejamento Longo Prazo:** Facilita a construção do equilíbrio proposto pelo artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornando possível determinar como os entes públicos vão atender as demandas ordinárias e extraordinárias do contribuinte, sem dilapidar o equilíbrio do tesouro, evitando o longo e oneroso processo de acúmulo de déficits primários e financeiros;
- **Inteligência fiscal:** A construção de um equilíbrio dinâmico entre os elementos de receita e despesas passam a ser calibrados periodicamente, partindo da premissa: Equilíbrio fiscal para o Ente Público;
- **Blindagem Fiscal:** A gestão estratégica dos elementos de direito financeiro, servem como uma forma eficiente de blindagem fiscal, no sentido de que os ativos econômicos e financeiros sejam inteligentemente aplicados em benefício da coletividade.

O equilíbrio fiscal sustentado a partir da implantação de uma visão sistêmica ligando a interpretação da LRF aos Elementos Essenciais do Direito Financeiro é paradigma essencial e favorece sensivelmente a melhora do sistema de gestão fiscal até então implantado com o advento da LRF.

Tal providência é tão fundamental que tem o condão de contribuir sensivelmente para o aumento e conseqüente capacidade de investimentos econômicos e sociais do estado da Paraíba.

Importante destacar que a atual crise que vem assolando a economia nacional e a condição econômica global diminuirá as atividades econômicas nacionais e, conseqüentemente, a arrecadação das receitas públicas, o que impactará diretamente nos repasses aos entes federados, diminuindo, desta maneira, o orçamento dos mesmos.

Nestes termos, o Estado deve se utilizar de instrumentos que visem alargar suas receitas, mantendo, desta forma, os investimentos previstos, minimizando os efeitos para a população, garantindo a execução de direitos decorrentes de uma boa assessoria contábil e tributária na recuperação de ativos.

Com os recursos financeiros recuperados, através de um processo calcado na inteligência tributária e fiscal, espera-se atender diretamente ao interesse público, já que os créditos oriundos do trabalho aludido poderão converter-se em benefícios diretos ao contribuinte.

7.4. 4ª. Diretriz: Choque de Gestão para otimização das demandas transversais mediatas.

7.4.1 Programas e Ações de Assistência Social.

➤ Fortalecer o Sistema Único da Assistência Social na Paraíba institucionalizando mecanismos de gestão, participação e controle social, garantindo o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da política estadual de assistência social.

- Instituir mecanismos e instrumentos de repasse de recursos de forma direta e continuada para a gestão do Suas, em regime de cofinanciamento;
- Capacitação continuada para as equipes técnicas da gestão estadual e das gestões municipais;
- Estimular e apoiar a elaboração de planos estadual e municipais da Assistência Social, com atenção aos princípios da Loas;
- Instituir um Sistema Estadual da Vigilância Socioassistencial, incluindo-se a definição de indicadores de vulnerabilidade social que contribuam com o planejamento, organização e execução de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social;
- Elaborar o plano estadual de territorialização considerando o georeferenciamento como ferramenta importante para a definição da oferta dos serviços socioassistenciais;
- Fortalecer o controle social apoiando o Conselho Estadual de Assistência Social na realização das suas atividades e garantindo a efetivação das Conferências estaduais da área.

➤ Fortalecer o Suas com o cofinanciamento estadual, garantindo serviços da proteção social básica a serem efetivados nos Cras, assegurando melhores condições às famílias pobres e extremamente pobres por meio do reforço ao acesso aos direitos sociais básicos.

- Integrar e apoiar as ações e programas nos Centros de Referência da Assistência Social - Cras, com vistas ao fortalecimento da intersetorialidade, garantindo o acesso aos serviços socioassistenciais em todos os municípios paraibanos;

- Consolidar o Fundo Estadual de Assistência Social, garantindo-se recursos financeiros, conforme previsão orçamentária existente, para o cofinanciamento das ações nos Cras municipais.

➤ Efetivar os Centros de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, em todas as regiões de desenvolvimento da Paraíba, garantindo a oferta de serviços, programas e projetos, de caráter especializado, destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social com direitos violados.

- Integrar e apoiar as ações e programas nos Centros de Referência da Assistência Social - Creas, conforme previsto no Suas;

- Garantir recursos no orçamento para a implantação e manutenção de Creas regionalizados.

➤ Instituir um Observatório Estadual das Políticas Sociais na Paraíba em todas as regiões do Estado, com vistas a criação de um Banco de Dados regional, identificando programas, projetos, serviços realizados pelas diversas políticas públicas, destacando as boas práticas municipais e consolidando a marca do planejamento estratégico de políticas públicas para todas essas regiões.

- Garantir com o apoio de Fóruns territoriais a participação da sociedade no monitoramento e controle social das políticas públicas, fortalecendo os Conselhos locais, de Direitos, as Conferências, os fóruns vinculados às áreas;

- Criar mecanismos de identificação de demandas municipais para proposição de políticas públicas e elaboração de projetos para a captação de recursos federais.

➤ Desenvolver ações para idosos, de forma compartilhada com as gestões municipais em todas as regiões do Estado através da implantação de Centros

Integrados de Atenção à Pessoa Idosa e do fortalecimento dos espaços já existentes.

- Articular com o governo federal recursos para a implantação e manutenção de programas, projetos e serviços socioassistenciais a serem desenvolvidos em todas as regiões do Estado em Centros Integrados de Atenção à Pessoa Idosa;
- Realizar a municipalização das ações desenvolvidas junto a idosos;

➤ Fortalecer o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único na Paraíba por meio de mecanismos de gestão, planejamento e qualificação de técnicos e gestores, garantindo o financiamento para as atividades estaduais.

- Capacitação continuada de técnicos/gestores estaduais e municipais para a Gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família dos municípios, tendo como parâmetro a legislação atual;
- Consolidação do Cadastro Único como ferramenta de gestão e planejamento de políticas sociais estaduais e municipais com a realização de Fóruns Regionais;
- Apoiar com informações técnicas o observatório de políticas sociais a ser implantado em todas as regiões da Paraíba;
- Fomentar a participação social dos conselhos municipais de assistência social dos municípios, para a ação de controle do Bolsa Família e do Cadastro Único.

➤ Fortalecer as diretrizes definidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativas no que compete às gestões estaduais com a garantia de recursos orçamentários para a realização de atividades e a manutenção dos espaços existentes.

- Garantir a funcionalidade em todos dos espaços institucionais, a valorização do quadro de pessoal da Sasc e medidas de incentivo ao trabalho socioeducativo;
- Incentivar os municípios para a consolidação de medidas de meio aberto (prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida);
- Capacitação continuada das equipes técnicas que desempenham ações de atendimento socioeducativo por meio de oficinas, fóruns regionais e seminários;
- Ampliar e/ou fortalecer a realização de cursos profissionalizantes dentro das unidades socioeducativas.

7.4.2 Juventude, Cultura, Esporte e Lazer.

Juventude

- Instituir a Política Estadual da Juventude com o propósito de promover a transversalidade desse segmento com as demais políticas públicas;
- Instituir o Observatório Permanente da Juventude, em parceria com as organizações da sociedade, tendo como principal atribuição conhecer a realidade da juventude para subsidiar a implementação das respectivas políticas públicas;
- Considerar a juventude como público prioritário das políticas públicas, numa perspectiva transversal, integrada ao processo produtivo e à rede de serviços públicos, em especial a de educação básica e profissional, científica e tecnológica, a de cultura, esporte e lazer, e aos programas de primeiro emprego.
 - Criar núcleos de Cultura da Paz como espaços vivenciais e de intercâmbio de gerações (jovens e idosos), nas áreas urbanas e rurais, para o surgimento de novos valores e atitudes de respeito às diferenças, rompendo com as condutas de banalização da vida e da violência na Escola, na Família e na Comunidade;
 - Instituir o Observatório Permanente da Juventude, em parceria com as organizações da sociedade, tendo como principal atribuição conhecer a realidade da juventude para subsidiar a implementação das respectivas políticas públicas;
 - Realizar a Conferência Estadual da Juventude, a partir de Conferências Municipais, interligando as ações dos Conselhos da Juventude e fortalecendo a participação destes segmentos com fóruns e plenárias juvenis;
 - Incentivar empresas públicas e privadas, bem como as universidades, a fim de assegurar a capacitação, qualificação profissional científica e tecnológica e inserção no mercado de trabalho do jovem em busca do primeiro emprego;
 - Criar cursos profissionalizantes de ensino médio nas escolas estaduais;
 - Criar estágio remunerado em empresas privadas para os jovens sem experiência, com bolsa paga pelo governo estadual;
 - Construir áreas de lazer e cultura com quadras, pistas de skate, anfiteatro e para outras atividades esportivas e culturais;
 - Implantar ilhas digitais de acesso grátis à Internet;
 - Criar, em parceria com as prefeituras, uma rede de pontos de encontro para a juventude nas áreas urbanas e rurais, considerando os já em desenvolvimento;
 - Incrementar o Programa Estadual de Educação Sexual e Reprodutiva voltado para a Juventude com ênfase em ações preventivas - (HPV, HIV, etc.);
 - Instituir um programa preventivo e de atendimento aos jovens dependentes

de substâncias psico - ativas e suas famílias;

- Criar serviços regionalizados de atendimento aos adolescentes vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, incluídos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas.

Cultura

➤ Implementar efetivamente o Sistema Estadual de Cultura, fortalecendo a relação com a política nacional da área e possibilitando repasse de recursos, com base na concepção de cultura com papel de relevo na coesão social, na afirmação dos valores e na identidade do povo paraibano.

- Estimular a institucionalização e implementação de sistemas municipais de cultura nos municípios do estado;
- Realizar a cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território paraibano com intuito de proteger e valorizar os conhecimentos e expressões das culturas populares, étnicas e tradicionais implantadas;
- Mapear os segmentos culturais com cadeias produtivas tendo em vista a sua potencialização;
- Estimular uma política de valorização do patrimônio histórico cultural em todo o território paraibano;
- Elaborar calendário anual de eventos, sintonizando com as tradições, saberes, fazeres e talentos do povo de cada um dos territórios do estado;
- Desenvolver, junto a Secretaria Estadual da Educação, projetos de ensino com disciplina de Arte no currículo escolar regular, com ênfase na cultura brasileira e paraibana, linguagens artísticas e patrimônio cultural, proporcionando formação continuada aos professores de Arte de escolas públicas;
- Realizar a cartografia da cultura para subsidiar a definição da política cultural e a economia da cultura, articulada com a política de geração de renda;
- Fomentar e /ou organizar, em parceria com a união e os municípios, o estabelecimento de espaços culturais com sala de cinema, biblioteca, sala de artes, dança e auditório, no mínimo, um em cada região do Estado;
- Realizar Conferências estaduais de Cultura, conforme calendário de conferências nacionais, além de apoiar e assessorar as conferências municipais.

➤ Investir em gestão cultural, com a qualificação e a formação de gestores e de

artistas, com intuito de aprimorar o produto artístico e avançar na política de gestão dos órgãos públicos de cultura, a partir do estabelecimento de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, estaduais e nacionais.

- Estimular a a realização de cursos na área de gestão e de formação artístico - cultural, em todas as regiões do estado;
- Fortalecer e/ou ampliar o número de Pontos de Cultura na Paraíba, lançando editais que priorizem as regiões que ainda não têm Pontos de Cultura;
- Contribuir para a circulação da produção cultural paraibana, fortalecendo a identidade e a imagem do estado nos territórios de desenvolvimento, valorizando, difundindo e promovendo um novo olhar estadual e nacional sobre a cultura;
- Desenvolver e ampliar o artesanato em todas as regiões, com qualificação do artesão, apoio aos arranjos produtivos locais, bem como a implantação de feiras e eventos para a sua comercialização, além da estruturação de núcleos produtivos;

Esporte e Lazer

➤ Identidade Cultural da Paraíba.

- Identificar e fortalecer nossa cultura desportiva, por modalidade, em nível de Estado ou Região;
- Elaboração de projetos que contemplem a construção de centros esportivos com espaços voltados para vocação desportiva em cada região do Estado;
- Firmar parceria com os Clubes Profissionais de Futebol para planejar, elaborar e implementar projetos voltados para captação de recursos incentivados;

➤ Inclusão Social.

- Criar programas, no conjunto do sistema escolar do Estado, que apoiem e fortaleçam as práticas esportivas das escolas;
- Inovar o modelo de participação das escolas nos Jogos Escolares, desde o interclasse, diversificando modalidades e criando formas de interação entre poder público e participantes;
- Desenvolvimento do Esporte, do Paradesporto e Desporto de Surdo Escolar, Universitário e comunitário;
- Buscar parceria com Governo Federal para implementação de programas federais de esporte, paradesporto, desporto de surdo e lazer;
- Firmar parcerias com os Clubes Profissionais de Futebol e Clubes Sócios do

Estado para a criação de escolinhas, visando potencializar o esporte como meio de participação social;

- Construção, adequação, ampliação e qualificação de espaços públicos de atividades físicas, esporte e lazer para a população em geral, atendendo normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, contemplando todos os segmentos sociais.

➤ Performance do Esporte Paraibano.

- Criação e implantação do Plano de Alto Rendimento permanente a partir de planejamento integrado por modalidades;
- Implantação de sistema de esporte universitário visando a formação do atleta de alto rendimento;
- Criação do Programa Paraíba Radical;
- Criação de uma estrutura política esportiva padronizada, desde as escolas até os centros de excelência;
- Criar sistema de pesquisa do Esporte de Alto Rendimento;
- Criar escolas ou centros para formação de técnicos esportivos nas diversas modalidades, com graduação em Educação Física;
- Implantar efetivamente o Bolsa Atleta Estadual para todas as modalidades esportivas, inclusive para treinadores, de forma gradativa;
- Criação e/ou estruturação, através de projetos fundamentados, de Escolinhas em parcerias com entidades governamentais e não governamentais, visando ampliação do esporte como meio de participação social;
- Redistribuição dos recursos oriundos de loterias esportivas e prognósticos;
- Criação de um Fundo Estadual para o Esporte e Lazer;
- Firmar parcerias visando a utilização de laboratórios sofisticados e mão de obra com capacidade elevada que possam contribuir com a produção científica para o alcance do desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- Reestruturar o calendário esportivo estadual em parceria com as federações e entidades esportivas, sempre atualizando e divulgando através das redes sociais.

➤ Realização de Eventos Esportivos Estaduais.

- Realizar, em parceria com municípios e outras entidades, a Copa Paraibana de Futebol Amador e/ou o Intermunicipal, nas categorias masculina e feminina;
- Realizar, em parceria com MEC, ME, COB, Seduc e Municípios as OEB/JEB;

- Realizar, em parceria com municípios, as paraolimpíadas paraibanas.
- Infraestrutura para o esporte.
- Construção, reforma e manutenção da infraestrutura esportiva/paradesportiva e de lazer das instituições públicas de educação básica, técnicas, profissionalizantes e universitárias, garantindo o atendimento das normas de acessibilidade aos equipamentos, respeitando o desenho universal com controle social;
 - Realizar diagnóstico para definição da construção, manutenção, reforma, implementação e modernização dos equipamentos de esporte/paradesportivo, lazer e atividade física nas cidades;
 - Construção, modernização, implementação e manutenção de Vilas Olímpicas em todas as regiões do Estado, dentro dos princípios de acessibilidade e sustentabilidade, respeitando o desenho universal, com controle social;
 - Mapeamento da situação atual da infraestrutura existente para o esporte e lazer no Estado, a fim de subsidiar políticas de criação de espaços esportivos e de lazer;
 - Investimento no potencial dos recursos naturais nos municípios paraibanos para a prática aos esportes de aventura, radicais, aquáticos e outras práticas de lazer, levando em consideração o que preceitua a legislação ambiental;
 - Criação e manutenção de Infraestrutura do esporte e lazer em comunidades rurais, ribeirinhas, quilombolas, de acordo com diagnóstico;
 - Inclusão da sustentabilidade, acessibilidade e manutenção em todos os projetos de construção e reforma de equipamentos esportivos e de lazer.
- Sistema Estadual de Esporte e Lazer.
- Fazer diagnóstico dos espaços esportivos e dos eventos existentes no Estado;
 - Realizar duas Conferências Estaduais de Esporte e Lazer;
 - Reativar e/ou revitalizar o Conselho Estadual de Esporte e Lazer;
 - Reativar e/ou revitalizar o Fórum Estadual de Gestores do Esporte;
 - Realizar cadastro único de entidades atuantes na área de esportes e lazer;
 - Criar e coordenar o Sistema Estadual de Esporte e Lazer;
 - Integração entre o Setor Privado e o Sistema Estadual de Esporte;
 - Firmar parcerias entre entidades governamentais ou não governamentais através de projetos fundamentados, visando fomentar ações para o desenvolvimento desportivo;

- Estabelecer critérios legais para elaboração de projetos, por parte de parceiros, que visem a busca de recursos para realização de eventos esportivos;
- Estabelecer parcerias com os municípios visando a elaboração de seus correspondentes planos esportivos, ou adequação dos planos já existentes e aprovados, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas;
- O Estado e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática do esporte em seus respectivos âmbitos de atuação no mesmo ano de criação e implementação do Plano;
- Estabelecer indicadores para avaliar a qualidade do esporte e da infraestrutura, em parceria com as Universidades Estadual e Federal.

➤ **Formação, Qualificação e Valorização Profissional.**

- Criação e implementação da Política Estadual de Formação Permanente e Continuada de Esporte e Lazer;
- Qualificação da gestão esportiva e de lazer em governança e técnicas, através de cursos e/ou treinamentos;
- Qualificação de profissionais de Educação Física, graduados ou técnicos que atuam na área esportiva, dentro ou fora da escola;
- Investir na formação profissional continuada e permanente para atendimento aos grupos especiais e da terceira idade, às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e também àquelas em situação de vulnerabilidade social;
- Criar o Centro de Excelência Esportiva para formação e aperfeiçoamento do atleta, se possível utilizando espaços já existentes;
- Implementar a realização de testes pilotos dos projetos desejados;
- Avaliação continuada das políticas públicas de esporte e lazer;
- Construção e/ou implantação de laboratórios de pesquisas e inovações tecnológicas no esporte;
- Valorização, por meio de premiação da produção científica, tecnológica e práticas inovadoras para o esporte;
- Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, que todos os professores de educação física possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
- Em parceria com instituições de educação superior existentes no Estado e municípios, formar professores de educação física em nível de pós-graduação.

- Universalização do atendimento ao esporte escolar, inclusive aos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
 - Universalizar o atendimento esportivo escolar;
 - Universalizar o atendimento esportivo escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento;
 - Oferecer esporte educacional nas escolas públicas em tempo integral;
 - Firmar parceria com a Seduc/MEC visando a reestruturação e aquisição de equipamentos esportivos para a rede escolar pública.

- Melhoria da qualidade do esporte nas escolas públicas.
 - Elevar a qualidade do esporte educacional pela ampliação da atuação de profissionais qualificados;
 - Estabelecer parcerias com clubes sociais e clubes profissionais para aproveitamento dos alunos/atletas.

- Estabelecimento de meta para aplicação de recursos públicos em esporte como proporção do orçamento anual do Estado e municípios.
 - Ampliar progressivamente o orçamento vinculado, próprio para o esporte e lazer do Estado e dos municípios, tendo como objetivo atingir um percentual mínimo do orçamento geral do Estado e dos municípios.

- Estruturar e fortalecer um PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, com foco nas escolas estaduais e municipais públicas e privadas do Estado com a finalidade de integrá-las às ações em defesa e proteção do meio ambiente.
 - Estabelecer e implementar convênios com as demais instituições de ensino superior, públicas e particulares, e demais instituições da sociedade civil;

- Incentivar, implementar e implantar o Programa Cidades Limpas em todos os municípios paraibanos, promovendo ações permanentes em parcerias com prefeituras, cooperativas, através de *bags* domiciliares para lixo seco, *eco-pontos* para coleta de entulho e aumentar o número de lixeiras de coleta seletiva nas cidades, além de estimular a adoção de práticas sustentáveis nas organizações públicas e privadas do Estado.
 - Criar condições e critérios para a implementação de COMPRAS PÚBLICAS

SUSTENTÁVEIS, além de estabelecer e fiscalizar a cota de 10% de utilização de BIOCOMBUSTÍVEIS no sistema de transporte público e da frota estadual.

➤ Realizar o CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA PARAÍBA (CIMAPB), trazendo especialistas do Brasil e do exterior para promover palestras e painéis sobre diferentes temáticas ambientais, além de avaliar e publicar artigos científicos na área.

7.4.3 Desenvolvimento do Turismo e Meio Ambiente.

Turismo:

- Empreender esforços para criação de centros de comercialização com amparo nas "produções locais";
 - Dinamizar a regulamentação de centros de comercialização que já demonstram potencial de negócios e trabalhar aqueles que podem ser desenvolvidos;
 - Desenvolver programas de qualificação profissional para atender a demanda do comércio e prestadoras de serviços, em parceria com prefeituras, entidades de classe do comércio e de serviços;
 - Estimular arranjos/aglomerações produtivos locais por meio da descentralização e atualização da infraestrutura, do acesso ao crédito, da inovação tecnológica e de compras governamentais;
 - Estimular e apoiar a prática do pool de compras conjuntas de insumos por parte de grupos de micro, pequenas e médias empresas;
-
- Ampliação dos Aeroportos, para melhor desenvolvimento do Turismo em João Pessoa e Campina Grande, além de elaborar acordos comerciais entre o Governo e companhias aéreas para o estabelecimento de rotas utilizando esses aeroportos;
 - Criar e realizar um CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO DA PARAÍBA (CTUR), com especialistas do Brasil e do exterior, para promover palestras e painéis sobre diferentes segmentos do turismo, além de avaliar e publicar artigos científicos inscritos por profissionais/estudantes na área, estimulando o intercâmbio de experiências e a pesquisa científica no setor do turismo;
 - Criar e estruturar, em parceria com instituições privadas de educação e cultura e o Governo Federal (Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério

da Educação), MUSEUS/MEMORIAIS PARA VISITAÇÃO TURÍSTICA em todo o Estado;

- Elaborar e articular a implementação do PROJETO DE NAVEGAÇÃO TURÍSTICA;
- Elaborar e implementar, em parceria com as prefeituras e o *Trade Turístico Paraibano*, projetos de qualificação profissional para ampliar a profissionalização dos serviços na cadeia do turismo no estado;
- Fortalecer - e criar outros - eventos turísticos no estado, ampliando o fluxo turístico em todas regiões paraibanas;
- Ampliar a infraestrutura de vias de acesso e de serviços públicos em destinos turísticos do estado;
- Desenvolver o CAT (Central de Informações Turísticas Móvel), através da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), deslocando-se para eventos turísticos de grande porte, em diferentes municípios paraibanos;
- Criar - com a participação do *Trade Turístico* - e apoiar projetos de marketing turístico, com o intuito de fortalecer estratégias de promoção e de fortalecimento do fluxo turístico, incrementando, assim, o emprego, a renda e o desenvolvimento.

Mais Propostas:

- Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado da Paraíba-PRODETUR;
- Urbanização de áreas turísticas;
- Restauração e preservação do patrimônio histórico e cultural;
- Implantação de Polos Turísticos na Região do Litoral;
- Consolidação do Polo Turístico Cabo Branco-Implantação da rede hoteleira;
- Apoio a Infraestrutura para o turismo-Centro de Convenções de João Pessoa;
- Implantação de Centros Turísticos Regionais;
- Estruturação dos Parques Estaduais de Pedra da Boca, Itaquatiaras de Ingá, Vale dos Dinossauros, Aratú, Jacarapé e outros;
- Implementação de terminais náuticos turísticos;
- Centros de Feiras e Eventos com arena multiuso, shoppings e espaço *funfast*;
- Implementação de Sinalização Turística;
- Construção de um novo Terminal Turístico Rodoviário em JP e CG;
- Ações de infra-estrutura para preservação do Patrimônio Histórico Artístico;
- Programa de Regionalização do Turismo na Paraíba;
- Política de incentivo fiscal para a cadeia produtiva do turismo, certificação e fiscalização dos serviços turísticos;

- Qualificação de Mão de Obra Turística;
- Apoio aos municípios para elaboração do Plano Diretor do Turismo;
- Implementação do Hotel Escola;
- Implementação da Escola de Gastronomia;

Meio Ambiente Sustentável

- Estruturar e fortalecer um PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, com foco principal nas escolas estaduais e municipais públicas e privadas do Estado com a finalidade de integrá-las às ações em defesa e proteção do meio ambiente.
 - Estabelecer e implementar convênios com as demais instituições de ensino superior, públicas e particulares, e demais instituições da sociedade civil;
 - Estruturar a COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO AMBIENTAL (CIPAMA), com reforço logístico, tecnológico, estrutural e de pessoal, ampliando a fiscalização e o enfrentamento de crimes ambientais em toda a Paraíba.
- Revitalização de toda a Costa Paraibana, bem como da Barreira do Cabo Branco. A barreira está se degradando pelo avanço do mar, bem como devido as construções feitas na área, retirando a vegetação que anteriormente sustentava a barreira. A barreira está passando por discussões científicas e políticas para se decidir o que se deve fazer para que o local não caia e provoque vítimas. A barreira é visitada por turistas que vão apreciar a beleza do mar, a costa e o nascer-do-sol.
- Implantar, ainda em 2019, uma solução para a barreira do Cabo Branco. Não é possível que não se efetive uma solução para ambiente tão importante para a cidade de João Pessoa. Um local turístico, o ponto mais oriental das Américas, onde está o Farol do Cabo Branco e o Estação Ciência, Cultura e Artes. A degradação da barreira do Cabo Branco é o símbolo do atraso e do retardamento governamental.
- Incentivar, implementar e implantar o Programa Cidades Limpas em todos os municípios , promovendo ações permanentes em parcerias com prefeituras, cooperativas, através de *bags* domiciliares para lixo seco, *eco-pontos* para coleta de entulho e aumentar o número de lixeiras de coleta seletiva nas cidades, além de estimular a adoção de práticas sustentáveis nas organizações públicas e privadas.
 - Criar, em parceria com prefeituras e empresas privadas, o PLANO DE PARQUES AMBIENTAIS E TURÍSTICOS DA PARAÍBA, ampliando e estruturando parques para visitação turística permanente, assim como estruturar ESPAÇOS

CULTURAIS TEMÁTICOS em praças para visitação turística.

- Realizar o CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA PARAÍBA (CIMAPB), trazendo especialistas do Brasil e do exterior para palestras e painéis sobre diferentes temáticas, além de avaliar e publicar artigos científicos na área.
- Realizar já no ano de 2019 o CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA PARAÍBA, trazendo especialistas do Brasil e do exterior para palestras e painéis sobre diferentes temáticas, além de avaliar e publicar artigos científicos na área.

7.4.4 Mobilidade Humana Inteligente.

A infraestrutura das cidades, dos meios de transporte e os suprimentos das necessidades de bens de consumo impactam diretamente na qualidade de vida da população e a obtenção de sustentabilidade econômica exige do gestor a utilização de inovações tecnológicas. O desenvolvimento das cidades, a expansão urbana, o crescimento da frota de motocicletas, veículos, ônibus e caminhões resultaram em congestionamentos insuportáveis e geraram grandes prejuízos.

As duas maiores cidades da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, necessitam de implantação emergencial dos avanços já existentes para transportes públicos BRT (Bus Rapid Transit), VLT (Veículos Leves sobre Trilhos) e VLP (Veículos Leves sobre Pneus) para redução do estado caótico de seus trânsitos. João Pessoa necessita deanel rodoviário, entre outras, para minimizar o confronto do fluxo rodoviário com o urbano, assim como a cidade de Campina Grande carece do seu complemento.

O poder público terá o grande desafio de manter a malha rodoviária estadual em perfeitas condições de uso e efetuar expansões necessárias para o escoamento da produção em razão da escassez de recursos orçamentários com tal destinação.

A mobilidade humana com segurança se fundamenta em três pilares: Engenharia, Educação de Trânsito e Policiamento. O incremento da malha rodoviária sem a proporcionalidade para as ações de educação de trânsito e policiamento, resultaram no crescimento exponencial de vítimas (mortos e sequelados). Os hospitais de trauma de João Pessoa e Campina Grande já destinam 51% (cinquenta e um por cento) de seus leitos para tais vítimas. É urgente a necessidade de um Plano

Estadual de Enfrentamento da Violência do Trânsito em consonância com o PNATRANS Plano Nacional de Redução de Mortes do Trânsito. Exemplos de ações:

- Integração rodoviária, ferroviária, aérea e aeroportuária;
- Programa Permanente de Manutenção e Recuperação da Malha Rodoviária Estadual;
- Construção da rodovia estadual Odilândia/Cicerolândia/Br 101;
- Construção da rodovia Mari/Cuité de Mamanguape/Itapororoca/Sertãozinho/Curral de Cima, entre outras;
- Construção do Anel Rodoviário em João Pessoa;
- Complementação do Anel Rodoviário de Campina Grande;
- Implantação de BRT/VLT/VLP nas cidades de João Pessoa e Campina Grande de forma integrada com os serviços urbanos;
- Construção da Via Jaguaribe;
- Implantação de Plano Estadual de Enfrentamento a Violência do Trânsito em consonância com o PNATRANS Plano Nacional de Redução de Mortes do Trânsito criado pela lei 13.614/2018 com ações de educação de trânsito e incremento das ações de policiamento e fiscalização de trânsito;
- Aquisição de Veículos, Equipamentos e expansão da Patrulha Rodoviária do DER;

7.4.5 Habitação e Saneamento.

A Constituição, em seu artigo 6º, assegura ser a moradia um direito fundamental além de ser base essencial para inserção social a redução do *deficit* habitacional. A moradia digna é aquela que se apresenta com condições mínimas de segurança, fornecimento de energia elétrica, água e provida de saneamento para que ocorra o desenvolvimento dos aglomerados urbanos com racionalidade. Exemplo de ações:

- Estimular inovações tecnológicas que viabilizem a redução de custos na construção de novas habitações;
- Manter e ampliar o Programa Habitacional Cidade Madura;
- Colaborar com os Municípios na efetivação de planos de urbanização dos municípios com racionalidade e integração com as políticas de Mobilidade Humana;
- Realizar um Plano de Ação Habitacional e Urbano nas áreas de risco;
- Adequação dos investimentos estatais aos interesses da população;

- Dar efetividade a Lei Estadual 8.912/2009 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para a habitação de interesse social;
- Implementar o Programa Estadual de Regularização Fundiária (regularizar os imóveis localizados em áreas pertencentes a CEHAP e ao Governo do Estado);
- Elaborar Projetos e Firmar Convênios com a FUNASA Fundação Nacional de Saúde para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água para as cidades com até 50.000 habitantes;
- Elaborar Projetos e Firmar Contratos com a CEF Caixa Econômica Federal para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário para as cidades com mais de 50.000 habitantes;
- Identificar áreas para implantação de Projetos de Construção de Casas Populares;
- Aquisição de Imóveis para implantação de Projetos de Construção de Habitações Populares;
- Promover Programa de Regularização de imóveis residenciais com pendências tributárias de ITCD-Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação para imóveis residenciais populares;

7.4.6 Ampliação e diversificação da oferta de energia.

- Implantar ações que estimulem e promovam a adoção de outras fontes de energia renováveis e criar mecanismos normativos com vistas a substituição da matriz energética do carvão vegetal por energia renovável, combatendo a instalação de fornos, e da movimentação ilegal de carvão e outras mazelas ambientais;
- Incentivar Parcerias Público-Privadas (PPP) para dinamizar, estimular e implementar a construção de pequenas centrais hidroelétricas e apoiar a instalação de usinas de biodiesel em áreas com capacidade de produção;
- Apoiar e desenvolver estudos voltados para utilização dos resíduos sólidos como fonte de energia, buscando viabilizar o aproveitamento do resíduo de castanha de caju, cana de açúcar, babaçu (biomassa) na geração de energia elétrica por meio da implementação de pequenas centrais termoeletricas;
- Promover ações voltadas para garantir a Eficiência Energética do Estado através de fontes renováveis e perenes, a exemplo da implantação e expansão do Sistema de Energia Eólica, de Energia solar e da distribuição de Gás Natural na

Paraíba;

- Criação de um Conselho de Política Energética com objetivo de contribuir para a formulação de diretrizes e políticas públicas no setor energético para o Governo;
- Implantar um plano de investimentos na distribuição de energia elétrica com vistas a atingir a universalização do atendimento, para a melhoria da qualidade e atender ao crescimento da demanda;
- Estimular a instalação de empresas geradoras de energias renováveis como eólica, solar e biomassa, com estímulo à pequena geração de energia renovável;
- Criar políticas que incentivem a instalação de fabricantes de equipamentos e componentes da indústria da geração eólica e solar;
- Atrair e criar cursos técnicos de nível médio e superior ligados à produção, instalação e operação de energia elétrica de fontes eólica, solar e de biomassa;
- Modernizar e efetivar a implantação do Parque Eólico do Estado do Paraíba com vistas a desenvolver todo potencial eólico do Estado;
- Elaborar, com o apoio da iniciativa privada, o Estudo de Viabilidade Técnico Econômica para implantação de unidade de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos com aproveitamento energético na Grande João Pessoa e Campina Grande;
- Elaborar o Plano de Eficiência Energética do Estado da Paraíba, considerando as potencialidades e a demanda de cada região;
- Atingir a universalização do atendimento;
- Tomar o Estado da Paraíba um polo produtor de tecnologia, formador de mão de obra especializada e da indústria para produção de materiais, componentes e equipamentos da geração de energia elétrica;

7.4.5 Promoção de Igualdade com Equidade Social.

- Elaborar Políticas Públicas que visem à superação das desigualdades e promovam ações de enfrentamento à discriminação quanto a gênero, raça, diversidade sexual, pessoas com deficiência, indígena, idosos, juventude;
- Empreender esforços para promover a autonomia econômica e social da mulher;
- Assegurar, por meio de políticas públicas específicas, os direitos do índio;
- Garantir o acesso à educação e sustentabilidade econômica aos quilombolas;
- Assegurar o respeito às diversidades, garantindo igualdade, direitos e oportunidades a todos;
- Empreender esforços para criação de um Órgão que se empenhe na defesa

das diversidades, definindo políticas e articulando ações;

Mulheres

➤ Implementar políticas públicas, planos de ação, programas e projetos, incluindo-se medidas específicas para eliminar a pobreza entre as mulheres e garantir a sua autonomia econômica, social e política, por meio do exercício de seus direitos à educação e ao emprego.

- Garantir a estruturação da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres;
- Desenvolver projetos de emancipação social e econômica das mulheres, recorrendo a editais nacionais e recursos do Fundo de Combate à Pobreza, para consolidar empreendimentos de Economia Solidária existentes, e a existirem, enfatizando-se capacitação, gerenciamento e financiamento dos mesmos;
- Garantir acesso de mulheres a crédito e apoio técnico para fortalecer sua atuação na área de geração de renda;
- Ampliar a titularidade das mulheres nos programas habitacionais do governo;
- Implementar, em parceria com governos municipais, políticas que garantam o compartilhamento do trabalho doméstico e dos cuidados com a família, inclusive, com geração de empregos, tais como: lavanderias públicas, creches, entre outros;
- Criar o programa "Mulher e Trabalho", com atividades de combate à discriminação do trabalho da mulher e informação às trabalhadoras sobre seus direitos;
- Instituir o selo "Empresa em Compromisso com a Igualdade", com a finalidade de estimular o aumento de atividade feminina em postos executivos e de comando;
- Instituir o Programa Estadual de Formação Profissional e Capacitação, enfatizando a qualificação em áreas que favoreçam a integração de mulheres aos novos postos de trabalho, notadamente, na área da construção civil, entre outras.

➤ Reestruturar o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, revendo sua composição e competências e fortalecendo sua atuação como elaborador de políticas públicas.

- Estabelecer recursos para realização de uma atividade de capacitação para membros do Conselho Estadual com vistas a uma atuação mais qualificada;
- Propiciar as condições de funcionamento do Conselho durante todo o mandato;
- Propiciar capacitação para Conselheiras municipais em todas as regiões do

Estado, em parceria com os municípios.

➤ Promover políticas de prevenção e/ou proteção contra as violências de gênero, dando visibilidade às violações dos direitos das mulheres, incluindo-se a potencialização de instrumentos normativos, sobretudo, a Lei Maria da Penha.

- Implantar e/ou fortalecer delegacias da Mulher em toda a Paraíba;
- Instituir em todo o Estado o atendimento à mulher vítima de violência;
- Realizar, em parceria com o poder público municipal, campanha permanente de prevenção e de enfrentamento à violência contra a mulher no estado através do disque Lei Maria da Penha.

➤ Instalar em todas as regiões do Estado unidades de atendimento à saúde integral das mulheres no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, em sua interface com as questões da discriminação e desigualdade de gênero, raça e etnia e em atenção às diretrizes da Política Nacional da área.

- Formar, em todas as regiões do Estado, multiplicadoras em temas relacionados à promoção da saúde e direito sexuais e reprodutivos;
- Implantar e/ou fortalecer programas para jovens mães, sobretudo, para atendimento aos casos de gravidez não planejada;
- Instalar unidades itinerantes para atuação em todas as regiões do Estado com ênfase na prevenção e coleta de material para esclarecimento de diagnóstico, notadamente para as mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas.

Pessoa com Deficiência

- Instalar Centros Especializados em Reabilitação em todas as regiões da Paraíba;
- Ampliar e melhorar os Centros de apoio a inclusão, Central de Interpretação LIBRAS e formação de profissionais em todas as áreas de atuação da política de atendimento das pessoas com deficiência;
- Instalar Centro de profissionalização para pessoas com deficiência e suas famílias, com incentivo ao empreendedorismo nas cidades polos do Estado;
- Promover a Inclusão Social, com a implantação de Centro de Referência, para pessoas com deficiência em todas as regiões do Estado da Paraíba;
- Implantar Residências inclusivas em municípios de grande e médio porte, garantindo condições de habitação digna e acessível.

➤ Incentivo a criação da Rede de Inclusão e garantia dos Direitos da pessoa com deficiência através da criação de Órgãos Municipais para Inclusão da Pessoa com deficiência e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

- Produzir guias de orientação à população com referências de serviços, ordenamento jurídico estadual e campanhas educativas;
- Dar continuidade a todas as políticas de atendimento à pessoa com deficiência, já conquistadas e ampliação das mesmas, inclusive o Turismo Acessível;
- Fomentar e garantir o ingresso e a permanência de Pessoas Com Deficiência nas áreas esportiva, cultural e de lazer, e empreender esforços para a participação de atletas paraibanos nos Jogos Paralímpicos;
- Garantir espaço (sede), dotação orçamentária e autonomia para bem coordenar a política estadual de inclusão da Pessoa com deficiência;
- Promover a acessibilidade atendendo o Desenho Universal às pessoas com deficiência, em todas as áreas, inclusive, utilizando as tecnologias assistivas;
- Garantir o cumprimento no território paraibano de todos os recursos de acessibilidade nos espaços públicos promovendo a aplicação dos requisitos de acessibilidade definidos por lei e regulamentados pela ABNT nas instituições públicas e privadas;
- Criar mecanismo de pesquisa sobre deficiência para estimular a descoberta das causas e intervenção do tratamento (Parcerias com Universidades e Centros Especializados de pesquisas), ampliando as políticas de prevenção de deficiências.

Diversidade Étnico-Racial

➤ Criar condições para os quilombolas e comunidades afforeligiosas proporem e executarem projetos econômicos, sociais e culturais de proteção e desenvolvimento das comunidades, com base no modo próprio do povo negro de se organizar em ações de autosustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades;

- Criar a rede de articulação das comunidades e movimentos quilombolas do Estado e nesse processo ampliar o mapeamento das comunidades Quilombolas;
- Garantir a criação de ouvidoria Estadual em defesa da igualdade racial, responsáveis por receber e encaminhar denúncia de discriminação racial, além de

- acompanhar a implementação de medidas legais para a promoção da igualdade racial;
- Garantir a efetivação da Lei 10.639/03 na política educacional do Estado e capacitar os profissionais de educação e comunidade escolar, através da Secretaria de Educação dos Municípios e Estado, com apoio do Conselho Estadual da Pessoa Negra, com o objetivo de eliminar o estereótipo de discriminação racial;
 - Realizar censo demográfico e sociocultural para mapear, quantificar e qualificar a participação do negro na economia e na cultura paraibana;
 - Elaborar campanhas de conscientização sobre a afrodescendência ressaltando uma nova visão da presença negra no território paraibano;
- Garantir a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, de Combate ao racismo e, respectivamente, o seu Conselho Estadual e viabilizar a transversalidade nas diversas políticas setoriais para promover ações afirmativas e compensatórias, geradoras de igualdade racial.
- Apresentar projeto de indicativo de Lei para criação da Coordenadoria Estadual de políticas públicas voltadas para as questões étnico-raciais;
 - Apoiar a Criação de Conselho Estadual da diversidade étnico-racial que viabilize a transversalidade nas diversas políticas setoriais, promovendo ações afirmativas geradoras de igualdade racial;
 - Propiciar a criação de uma Ouvidoria Estadual em defesa da Igualdade Racial, responsável por receber e encaminhar denúncias de discriminação racial;
 - Realizar censo demográfico e sociocultural para mapear, quantificar e qualificar a participação das diversas etnias na economia e na cultura paraibana;
 - Criar condições para quilombolas e comunidades afroreligiosas proporem e executem projetos econômicos, sociais e culturais de proteção e desenvolvimento das comunidades, no modo próprio do povo negro se organizar.

Promoção de Igualdade Étnico-Social

- Elaborar políticas públicas que visem a superação das desigualdades e promovam ações de enfrentamento à discriminação étnico-racial.
- Empreender esforços para promover a autonomia econômica e social das diferentes expressões étnico-racial da mulher;
 - Assegurar, por meio de políticas públicas específicas, os direitos do índio;
 - Garantir a educação e sustentabilidade econômica às comunidades quilombolas;

- Assegurar o respeito às diversidades, garantindo igualdade, direitos e oportunidades a todos.

7.4.6 Diversificação produtiva e adensamento das cadeias produtivas.

- Fomento ao Setor Sucrialcooleiro;
- Fortalecimento de infraestrutura viária;
- Interconexão com o setor elétrico: Implantação de centro de recebimento e distribuição de energia produzida a partir da Biomassa;
- Fomento a produtos derivados do processamento da cana de açúcar com elevado valor agregado: Dióxido de Carbono; Levedura *Sachamiceas Sereviceae*; Produtos da Alcoolquímica; Produtos da Sucroquímica; Outros derivados da Bio-Massa;
- Apoio a Arranjos Produtivos Locais-APL's:
- Ovinocaprinocultura: Cariri, Curimataú e Seridó;
- Mineração: Curimataú, Seridó e Sertão;
- Algodão Colorido: áreas selecionadas;
- Software e hardware: Campina Grande e João Pessoa;
- Confecções e vestuário;
- Couro, calçados e afins;
- Cerâmica;
- Fortalecimento do APL da Cachaça;
- Desenvolvimento do Plano Mineral da Paraíba;
- Parcerias Público-Privadas / Constituição de Fundo Garantidor;
- Instalação da ZPE da Paraíba;
- Programa Vincular: fomentar e apoiar a interface entre as grandes empresas estabelecidas ou atraídas para a Paraíba com as médias e pequenas empresas;
- Implantação de novos distritos Industriais e expansão do Distrito Industrial de Campina Grande;
- Recuperação dos Distritos Industriais existentes;
- Ampliação do Sistema Estadual do micro-crédito articulado com os programas de qualificação, capacitação e formação profissional;
- Programa Estadual de Economias Solidárias e Política de Estímulo ao Empreendedorismo com segmentos focado para juventude, mulheres e pessoas com deficiências;

7.4.7 Modernização das instituições públicas e democratização das políticas públicas-Gestão e Participação Social.

- Apoio à criação, instalação e ao fortalecimento de instâncias de governança regional e municipal;
- Programa de Modernização e Reestruturação da Administração Fiscal;
- Programa Estadual de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento;
- Modernização da gestão de Informação e integração dos Sistemas de Tecnologia da Informação;
- Fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas;
- Promoção de eventos e cursos;
- Modernização da Estrutura Administrativa do Poder Público Estadual;
- Apoio à integração das políticas públicas e iniciativas governamentais nas Regiões Metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande;
- Fortalecimento da Carreira de Gestor Público, para atuação em áreas específicas do Poder Executivo;
- Elaboração de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração para os servidores estaduais de nível médio e fundamental;
- Revisão dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração, com o objetivo de corrigir as distorções, e a regulamentação do processo da Progressão Horizontal;
- Revisão do Regime Jurídico Únicos dos Servidores Públicos Civis do Estado;
- Ampliação da oferta de Cursos de Especialização e Capacitação para os servidores estaduais com a parceria das prefeituras municipais, para atender também aos servidores municipais;
- Implantação de um novo sistema unificado de Recursos Humanos, abrangendo a Administração Direta e Indireta;
- Introdução de concurso público em toda a administração;
- Paridade na aposentadoria de todas as categorias do Estado;
- Revisão salarial anual de todas as categorias do Estado;
- Reforma Administrativa da Administração Direta e Indireta;
- Reforma da Escola de Serviço Público da Paraíba com a criação de Núcleos Regionais;
- Reforma do sistema de Perícia Médica do Estado, com a informatização das unidades regionais, e melhor capacitação dos seus servidores;
- Revisão da Legislação de Pessoal, corrigindo as distorções existentes;
- Recadastramento Patrimonial do Estado, com a implantação do sistema de

geo-processamento, regularização dos registros desses imóveis e sua reavaliação;

- Implantação de um sistema unificado de protocolo;
- Valorização da carreira de Defensor Público e do Procurador do Estado;
- Valorização de todas as carreiras do Estado da Paraíba;
- Criação de uma mesa permanente de negociação com os servidores públicos;

CONCLUSÃO

Em conclusão, destaque-se que o futuro Governador Maranhão vai executar o mais ousado e inovador Plano de Ações governamentais, adotando a ciência e tecnologia como norte para todos os setores da administração. Com a estrutura de Governo, mais parcerias com Universidades e setores privados, será desenvolvido um programa integrado de inovação aplicado em todas as regiões do Estado paraibano.

A inovação tecnológica tem sido reconhecida por diversos autores no mundo como o motor da chamada Nova Economia. Nesse aspecto, inúmeros estudos comparam o desempenho dos países, que analisa países desenvolvidos e em desenvolvimento utilizando o percentual do Produto Interno Bruto (PIB ou GDP) aplicado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ou Research and Development, R&D), apontando a inovação tecnológica como o novo vetor para o desenvolvimento governamental.

A Lei de Inovação é considerada um dos principais pontos de referência da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), que tem como objetivo o aumento da eficiência econômica e o desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio.

A Lei da Inovação foi sancionada com o objetivo principal de estimular a cooperação entre universidades e empresas e gerar inovações tecnológicas capazes de incrementar a competitividade. A lei está organizada em três vertentes: 1. Constituição de ambiente propício às parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; 2. Estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; 3. Incentivo à inovação na empresa.

A lei reflete a necessidade do País de contar com dispositivos legais eficientes que contribuam para o delineamento de um cenário favorável ao desenvolvimento, bem

como estabelecer os procedimentos legais da relação público-privada, além de criar mecanismos que estimulam a inovação tecnológica no ambiente universitário.

Não é possível que em plena Era Mobile (inteligência móvel), cercada de satélites, aplicativos, entre outros, ainda hajam filas para marcação de consulta médica ou matrícula escolar. Na fase presente, é possível o monitoramento até mesmo do almoçarizado de uma Escola Pública ou de um Hospital – e todas as ferramentas existentes – podem e devem servir para uma Gestão eficiente de controle máximo.

O mesmo se dirá da inteligência indispensável as políticas modernas de segurança pública para monitoramento em tempo real para resultados fantásticos de prevenção a criminalidade e ações delinquentes. O futuro Governo Maranhão adotará a inovação e a tecnologia para o desenvolvimento de todo o Estado.

O futuro governo Maranhão priorizará a ciência, tecnologia e a inovação como um eixo de desenvolvimento sustentável para o nosso estado, com o objetivo de recuperar o atraso tecnológico do estado e adiantar-se na geração e na transmissão de conhecimentos, em especial quanto a sua destinação ao setor produtivo da Paraíba.

A inovação tecnológica será implantada em toda a Paraíba. Esse programa não se trata de um plano final, mas o início de se estabelecer o pleno desenvolvimento da Paraíba, sobretudo em virtude de perdas importantes em favor de outros Estados.

O maior desafio da Paraíba na área de ciência e tecnologia é a elaboração e a implementação de uma política pública efetiva, que conduza o desenvolvimento científico e tecnológico a ser utilizado pelo setor produtivo e a população em geral, e que tenha um impacto marcante na melhoria das condições de vida da população.

A inovação tecnológica estará presente em todas as áreas do futuro Governo Maranhão, bem como em todas as regiões do Estado, edificando um novo estágio de desenvolvimento e conseqüentemente a geração de novos empregos na Paraíba.